



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ata n.º 363** -----

----- Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **"Período de Antes da Ordem do Dia":** -----

----- **Ponto um:** *Apreciação e votação da Ata n.º 360 e 361 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA);*

----- **Ponto dois:** *Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA;* -

----- **Período da Ordem do Dia:** -----

----- **Ponto um:** *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA;* ---

----- **Ponto dois:** *Apresentação, discussão e votação de uma proposta de Moção no sentido da rejeição do traçado da linha de alta velocidade no Concelho de Anadia;* -----

----- **Ponto três:** *Apresentação, discussão e votação da proposta de pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual para a aquisição de serviços de refeições para a Escola Básica e Secundária de Anadia, Escola Básica de Vilarinho do Bairro e Escola Básica de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;* -----

----- **Ponto quatro:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2022/2026, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA;* -----

----- **Ponto cinco:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação do júri de recrutamento dos cargos de direção intermédia, de acordo com o estabelecido no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, e 29 de agosto.* -----

----- **Período de Intervenção do Público:** -----

Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA. -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----
- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Bárbara Dias Martins – GM do PPD/PSD; -----
- • Elisabete da Conceição Aguiar Garrido – GM do MIAP; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte – GM do PPD/PSD; -----
----- • Marta Susana Taveira Duarte – GM do PS; -----
----- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
----- • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
----- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----
----- • Manuel de Oliveira Marinha – GM do MIAP; -----
----- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
----- • Marcelino Rasga Ferreira – GM do PS; -----
----- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP; -----
----- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
----- • Henrique Manuel Lameirinhos de Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD. -----
----- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
----- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
----- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima; -----
----- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves – GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
----- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
----- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
----- • Nuno Miguel Martins dos Santos – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; ---
----- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
----- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. -----
----- Não compareceram à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais, do respetivo GM: -----
----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD; -----
----- • Lília da Graça Pereira Faustino – GM do PPD/PSD; -----
----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
----- • Silvana Ferreira Marques – PPD/PSD – Vereadora; -----
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
----- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
----- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
----- • André Miguel Matos Beja Henriques – PS – Vereador; -----
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Boa tarde a todos. Cumprimento a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia, bem como o Executivo camarário, cumprimento igualmente as Senhoras e Senhores Deputados Municipais, o público presente e todos aqueles que nos seguem por via digital, a comunicação social presente e representada e informar-vos que foi emitida nota de imprensa a fim de publicitar ou corroborar a publicitação desta sessão. -----

----- Informo igualmente da necessidade de assinatura do Livro de Presenças, bem como informar também a disponibilidade da correspondência enviada e recebida pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Foram dirigidos à Mesa os seguintes pedidos de substituição: de Rafael Timóteo por Manuel Marinha, de João Gaspar por João Costeira, que por sua vez, por Luís Ferreira que, por sua vez, delegou em Fernando Gonçalves e que, por sua vez, em Lídia Faustino. De Victor Tavares por Elisabete Garrido e de Graciete Crasto por Bárbara Martins. Informa-se também que recebemos nota informativa da substituição dos Senhores Vereadores João Nogueira de Almeida que se faz substituir por Silvana Marques, e do Senhor André Henriques que se faz substituir pela Senhora Lídia Pato. -----

----- Verificada a identidade e legitimidade dos Deputados e assegurada a existência de vinte e nove membros num universo de trinta e um, declaro aberta esta sessão da Assembleia Municipal, conforme o preceituado regimental e cuja organização cumpre os artigos trigésimo quinto e seguintes do mesmo Regimento. São catorze horas e quarenta e oito minutos. -----

----- Uma última informação que se refere aos cartões de identificação e que são devidos e que se resolveram fazer para os senhores e atualizar com o formato atualizado e vamos distribuí-los a quem ainda não os recebeu, porque começámos a distribuí-los na última, não foi sessão, mas no encontro em tivemos hipóteses, que foi no dia no dia da Ascensão, no nosso Feriado Municipal, aos presentes começámos a entregar e, portanto, vão ser entregas aos demais o cartão de identidade dos Senhores Deputados. -----

----- A Ordem de Trabalhos desta Assembleia como vos disse assenta nos artigos trigésimo quinto e seguintes do RAMA, foi aprovada pela Mesa da Assembleia, após ouvida também a Comissão Permanente. -----

----- Passaremos então aos trabalhos e antes de entrarmos no ponto um dar-vos nota de um pequeno lapso que diz no **Ponto um do Período de Antes da Ordem do Dia**: apreciação e votação da Ata trezentos e sessenta e trezentos e sessenta e um e na ata trezentos e sessenta e um refere-se aos vinte cinco dias do mês de Abril de dois mil e dezanove, claro que não é dois mil e dezanove é dois mil e vinte e dois e que, portanto, vai ser retificado. Assim sendo, Vou então entrar no ponto um e o ponto um consta da apreciação e votação das duas atas, pelo que ponho, já ponho já ao Plenário a disponibilidade para intervenção. -----

----- Não havendo então intervenções inscritas ou pedidas, passarei então à votação da Ata número trezentos e sessenta, porque quem vota a favor: primeira fila, Penso que há que fazer a distinção e desculpem-me, porque há pessoas que não estiveram na última assembleia e que,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, estão impedidos, isto é só um esclarecimento, não tem nada a ver de estarmos aqui a criticar, nada é só essa informação, portanto, estão impedidos de votar todos aqueles que não tiveram assento nessas mesmas sessões. Portanto eu vou repetir primeira fila: quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, quem vota a favor e quarta fila, quem vota a favor, Mesa, portanto, foi aprovada a Ata número trezentos e sessenta que, num universo de no universo de vinte cinco foi, no universo de vinte e nove, mas com quatro impossibilidades de voto, portanto, foi votada por unanimidade. -----

----- Passaremos então à Ata trezentos e sessenta e um, já com este reparo da colmatação deste lapso, dou a palavra ao Plenário, caso tenham alguém para intervir ou quer intervir. -----

----- Não havendo, portanto, vou pôr à votação, quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Foi aprovada com vinte e dois votos a favor, abstenções alguma? contra alguém vota contra? Portanto todos os outros Senhores Deputados que não votaram foi por impedimento presencial, sendo assim, não foi por maioria, mas por unanimidade. -----

----- Entramos agora no **Ponto dois do Período de Antes da Ordem do Dia** que nos remete para as **intervenções dos Senhores Deputados Municipais**, pelo que abro já essa janela. --

----- Dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores, Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP:** -

----- Boa tarde a todos. Senhora Presidente da Câmara relativamente ao que se está a passar ali no Monte Crasto, como ainda não vi esta semana, não vi lá ninguém a trabalhar. Relativamente aos arqueólogos eu gostaria de saber o ponto da situação. Qual é a situação atual, se eles já acabaram, como eu não vi ninguém e tenho lá andado todos os dias, só queria perguntar isto. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer esclarecer Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Muito boa tarde, cumprimento a Mesa da Assembleia Municipal, colegas de Executivo e, obviamente, todos os restantes elementos e membros da Assembleia Municipal, ao público presente e à comunicação social. -----

----- Eu diria Senhor Presidente da Junta que eu acho que eles sentiram-se tão observados que fugiram, não é, porque todos os dias estavam ali, enfim, em cima deles, mas não, pronto, mas deixemo-nos de brincadeiras, embora isto também fosse verdade, apesar de tudo. O processo desta primeira fase de intervenção da equipa dos arqueólogos está praticamente terminado, portanto, aquilo que tinham, o trabalho que tinham que fazer de acordo com as orientações da Direção Regional da Cultura do Centro está feito, as pesquisas estão concluídas e, portanto, a única coisa que eles estarão a fazer neste momento é tratamento de alguns vestígios que poderão ter identificado e, por outro lado, o relatório que irá ser entregue à Câmara Municipal e, por outro lado, também à Direção Regional de Cultura do Centro. Pese embora que já tínhamos conhecimento, até porque a Direção Regional de Cultura do Centro esteve presente também e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já fez a sua avaliação, que havia condições para se iniciar a obra e, portanto, neste momento é aquilo que posso dizer, sendo que a equipa dos arqueólogos, obviamente, que irá continuar a acompanhar a empreitada, porque é isso mesmo que está contratualizado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra agora à Senhora Deputada Sandra Queiroz. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Sandra Queiroz, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Os meus cumprimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente de Assembleia, aos Excelentíssimos Senhores Secretários, à Excelentíssima Senhora Presidente, a todo o Executivo, aos Senhores Deputados, à comunicação social e demais presentes e bem assim a todos aqueles que nos assistem via online. -----

----- Eu pretendo solicitar alguns esclarecimentos relativamente a três temas, o primeiro respeitante ao Centro de Saúde de Anadia que passou esta semana a funcionar provisoriamente na antiga Escola Secundária. De referir que a Câmara teve de efetuar um investimento na readaptação daquelas mesmas instalações, no sentido de criar as necessárias condições de funcionamento. E eu pretendo solicitar à Senhora Presidente que informe do papel do Município, bem como do Governo, na empreitada de restruturação e reabilitação do Centro de Saúde de Anadia, das específicas intervenções que serão realizadas, dos custos de investimento que representará para o Município e também do prazo previsto para a execução da obra? A respeito da reabilitação e adaptação das instalações da GNR gostaria de saber qual é o ponto de situação e se já é possível informar a data prevista para a instalação destes serviços? Por fim e porque se mostra necessário assegurar melhores condições de segurança Rodoviária no Concelho, pretendo saber qual o estado do processo para a construção da rotunda na zona do Peneireiro em Aguim? Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada, dou a palavra à Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom é assim, relativamente ao Centro de Saúde de Anadia, portanto, estamos em condições de iniciar a empreitada no edifício onde até a semana passada esteve instalado os serviços do Centro de Saúde de Anadia e, portanto, há condições para o empreiteiro iniciar os trabalhos e, portanto, prosseguir com essa empreitada que é na ordem de mais um milhão e duzentos mil e o prazo de execução e na ordem dos dez meses. Claro que neste período havia necessidade para fazer a intervenção de ter que retirar todos os serviços do edifício e, portanto, em diálogo com o ACES do Baixo Vouga e porque não havendo, obviamente, participação por parte do Governo, que ainda nem sequer está assegurado para a requalificação que vamos fazer do Centro de Saúde, muito menos para retirar todos os serviços e muito menos para fazer, dar apoio para a intervenção que fizemos, portanto, estimando o valor da contratualização de equipamento que seria necessário para colocar nas instalações provisórias para os serviços Centro de Saúde funcionarem e dado o montante que estava envolvido e que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era na ordem dos trezentos mil euros, provavelmente, portanto, do valor do orçamento que nós tínhamos. Aquilo que decidimos foi utilizar esse dinheiro, e investir, adaptando as instalações no primeiro piso da antiga Escola Secundária, quer no seu interior, com programa funcional que nos foi apresentado pelo o ACES do Baixo Vouga e, portanto, dotando pelo menos aquele primeiro piso das condições necessárias e mais prementes de acordo com aquilo que foi definido pelo ACES do Baixo Vouga. Além disso, como é óbvio, tínhamos ainda a GNR e temos ainda a GNR instalada no primeiro piso e, portanto, houve necessidade de fazer também uma adaptação do edifício, nomeadamente com uma rampa de acesso direto ao primeiro andar, para que houvesse acesso direto pelos serviços do Centro de Saúde e, obviamente, pelos utentes do Centro de Saúde, portanto, a estas instalações. No seu interior nós despendemos à volta das trezentos e tal mil euros e no exterior mais cento e tal mil euros e pronto e agora vamos, enfim, fazendo outras intervenções, nomeadamente a requalificação da rede de vedação, as baixadas de energia, por aí fora, tudo isto são outros custos que associados e que obviamente fazem parte de um investimento, mas entre aquilo que foram opções que tiveram que ser feitas, porque investir em algo que não ficava cá, como fossem os contentores e que realmente também teriam os seus inconvenientes em termos funcionamento dos próprios serviços e com a agravante quer no Verão com o calor ou no Inverno com as condições climatéricas mais adversas, entendemos que, apesar de não serem as condições provavelmente de excelência, mas aquilo que é certo, obviamente, e por aquilo que nos tem sido reportado é que de certeza absoluta que os serviços estarão mais bem instalados e com melhores condições neste momento naquele primeiro piso na antiga Escola Secundária do que as condições que tinham no atual Centro de Saúde. Também é verdade que só por não existirem condições, para além dos ajustamentos do programa funcional que vai ser feito e que permitirá no futuro também criar outras unidades funcionamento e, portanto, outra estratégia em termos de saúde para o Município de Anadia, na verdade só isso justifica efetivamente o investimento que vamos fazer e, repito, neste momento com a obra adjudicada e com encargo que assumido pelo Município de Anadia dentro do seu Orçamento Municipal. E apesar de termos feito uma candidatura ao CENTRO 2020, nada está assegurado, portanto, não sabemos se ainda vai ser repescado no 2020, se vai ser repescado para o Plano de Recuperação e Resiliência, enfim, ou se passa alguma coisa para o 2030, portanto, estamos numa incógnita. Sendo certo que das últimas reuniões que tivemos e, portanto, com a presença da senhora Ministra da Coesão e da Senhora Ministra da Saúde, tudo aponta que em breve saberemos efetivamente se vai haver já no imediato participação para as obras que vamos realizar no Centro de Saúde, até porque outras já se impõem. Já estamos a trabalhar em projetos para avançar na intervenção em outras Extensões de Saúde. -----

----- A GNR continua no piso do rés do chão, houve aqui um atraso uma vez que o Ministério se esqueceu de fazer a aquisição do mobiliário e de outro equipamento, atrasos pela mudança de Governo, pela aprovação do orçamento, mas aquilo que temos conhecimento é que efetivamente também já está o mobiliário adjudicado e dentro de pouco tempo, portanto,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

haverá também condições do apetrechamento ser feito. Estamos com arranjos exteriores neste momento também a expensas do próprio Município. É algo que também temos alguma apreensão porque já há mais de um mês e pouco que pedi uma audiência à Secretaria de Estado da Administração Interna e, ao contrário daquilo que costumava acontecer, que era uma resposta muito imediata e eu achava que era daquelas áreas do Governo que melhor funcionava, na verdade já tive que mudar e tive que e pedir audiência direta ao Senhor Ministro da Administração Interna no sentido de perceber, obviamente, o financiamento e o défice que está, até porque os arranjos exteriores também precisam de ter comparticipação e, por outro lado, também podemos articular a própria mudança da GNR para as novas instalações. -----

----- Rotunda de Aguim continuamos igualmente à espera do tal acordo de gestão aprovado pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, para que depois as Infraestruturas Portugal possam remeter e tenham a comparticipação assegurada para que o Município possa lançar a obra a concurso, com os projetos de execução que ainda não estão na posse do Município de Anadia, mas que me garantem que estão executados e de momento é o que se me oferece informar e é a informação mesmo só que tenho. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, cumprimento Vossa Excelência, a Senhora Presidente e os demais presentes, bem como quem nos acompanha online. -----

----- Hoje aproveito para trazer aqui uma situação que acho que é deveras agravante, atendendo à escalada que nós temos podido observar da inflação. Inflação essa que no fundo acaba por resultar num aumento direi anormal ou pelo menos abusivo dos preços de alguns produtos, como são o caso dos alimentos. Ora todos nós temos conhecimento que Portugal é um dos países mais pobres da União Europeia. Sabemos que vinte por cento da população vive no limiar da pobreza e desses vinte por cento poderemos dizer que uma grande parte são pessoas que trabalham, trinta e dois por cento dessas pessoas têm contrato e tem um vencimento muito à roda do salário mínimo nacional. Também sabemos que a percentagem de jovens que vivem nesta situação é elevadíssima e normalmente isto é uma situação que tende a afetar especialmente dos agregados familiares onde existem crianças. Nesses a taxa de pobreza acaba por ser mais elevada. E depois sabemos também que esta escalada de preços no fundo resultante da guerra, resultante da até da própria pandemia que ainda está para durar, tem resultado numa inflação que tem comprometido a aquisição de bens essenciais, bens essenciais esses que acabam por ter um efeito preponderante nos vencimentos mais baixos, pelo menos no orçamento de quem tem os vencimentos mais baixos. E nós sabemos que, por outro lado, o Orçamento de Estado entretanto aprovado não veio dar resposta a estas situações, por isso, no âmbito desta falta de medidas que possam, no fundo, ajudar os mais desfavorecidos, do qual o nosso Concelho não deve sair imune muito certamente, o que eu lhe perguntava, era primeiro, se tem sido feito um acompanhamento digno de forma poder produzir uma análise que permita



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois uma atuação mais célere e eficaz e a segunda questão é se no âmbito do que aconteceu, por exemplo, na altura da pandemia, se o Executivo prevê desenvolver algum conjunto, algum pacote de medidas extraordinárias que venham prever, no fundo, esta diminuição do poder de compra de muitas famílias? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer comentar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- É assim a inflação é algo que todos sentimos, obviamente, e o Município de Anadia igualmente, porque a escalada de preços sente-se diariamente em todas as áreas e nós muito particularmente desde logo na questão da energia, na questão dos combustíveis, na questão também dos alimentos que adquirimos e efetivamente no dia a dia nas muitas matérias primas e nos muitos produtos que temos que adquirir. E também, obviamente, com a consulta que fazemos de mercado até para algumas obras, em que não se garantem os orçamentos e, portanto, esta é nossa dificuldade no dia a dia. Sendo certo que da parte do Orçamento de Estado, não há qualquer acréscimo para os Municípios, não é, e isso vem vos disso já há uns tempos atrás se o Orçamento de Estado fosse aprovado tal como se estava preconizado, obviamente, o Município de Anadia teria um défice da receita de oitocentos e tal mil euros, em relação àquilo que estava definido no ano anterior. Ao contrário das Juntas de Freguesia que até têm um ligeiro acréscimo, portanto, estamos agora com um Orçamento de Estado aprovado, dentro de dias estaremos a discutir já o novo Orçamento de Estado. Não sabemos o que é que o novo trará, mas para nós, efetivamente, é uma grande apreensão para gerir o dia a dia, também com a correspondente transferência de competências, nomeadamente, na área da educação onde temos que gerir todos estes processos e em que já conseguimos perceber o défice que vamos ter, nomeadamente, no que toca às refeições escolares e que é significativo. E pronto e com os outros contratos todos que se vão juntar das comunicações, da energia e por aí fora e neste momento temos muitas dúvidas e incertezas e não temos qualquer outro reforço de verbas para o Município de Anadia. Ainda ontem ouvi a notícia da questão da atualização dos vencimentos é o dos aumentos dos vencimentos. Também não percebemos muito bem quando é que vai acontecer, mas o Município de Anadia mesmo que tenha que aumentar os salários não vamos ter mais receita este ano, portanto, vamos ver o que é que vai acontecer para o orçamento do próximo ano, portanto, temos que ir gerindo, efetivamente, todas as diferenças de que nos vamos apercebendo. -----

----- Todos aqueles que têm mais baixos salários ou aqueles que, enfim, até nem trabalham e até só recebem o Rendimento Social de Inserção ou outras pequenas pensões, têm maiores dificuldades e, portanto, para já aquilo que eu posso dizer é que nós no dia a dia ainda não sentimos de uma forma significativa essas solicitações. Pese embora também vamos acompanhando, nomeadamente no programa alimentar, até porque a Misericórdia de Sangalhos tem esta resposta junto da população e também o nosso encaminhamento e o trabalho que vamos fazendo em rede, da nossa rede social e trabalhando com a Misericórdia de Sangalhos e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

até com a Segurança Social, aquilo que também nos fomos apercebendo é que mesmo o cabaz alimentar também, enfim, já vai tardando e também já há redução alguns alimentos. Isso mesmo também ouvimos ontem na própria comunicação social e eu já tinha ouvido há muito tempo, que era aquilo que vinha acontecendo, portanto, nós na dúvida se calhar há atraso na entrega dos alimentos, mas se calhar não é bem isso, não é atraso, que se calhar está a haver redução também na entrega dos alimentos, mas como disse para já ainda não temos essa solicitação de uma forma expressiva em termos da parte alimentar. -----

----- Obviamente que o Governo tomou posse há pouco tempo. Também a própria Ministra do Trabalho e da Segurança Social está também atenta a estas situações, aquilo que nos apercebemos e que irá haver, enfim, algumas medidas suplementares que possam vir a colmatar esta situação, mas nós, neste momento desconhecemos, não temos a certeza e enquanto não tivermos esse feedback da parte do Governo, obviamente que temos que ir trabalhando com o nosso orçamento e dentro daquilo que efetivamente está ao nosso alcance. Também só para dizer que qualquer família que porventura, seja através de processos sinalizados que cheguem a rede social, pelas diversas razões ou através da Comissão de Proteção de Menores nunca ninguém sai dali, daquela resposta sem levar, obviamente, algum apoio alimentar, mas ainda também dizer-vos que quase diariamente todas as refeições ou todos os, como é que direi, não lhe quero chamar sobras completas, mas tudo aquilo que de facto não é consumido, nomeadamente na nossa cantina escolar, que também encaminhado diariamente para famílias que estão sinalizadas e, portanto, já referenciadas. Já tivemos a questão das cantinas sociais com algumas instituições. Vamos ver se vai haver reforço ou não, para nós e para também fazer este trabalho com as próprias instituições, no sentido de podermos chegar ao maior número de famílias, à semelhança do que fizemos também já mesmo em período de pandemia, nomeadamente com a refeições escolares, portanto, havia situações que estavam sinalizadas e, em vez de trazer as famílias à escola para vir buscar as refeições, porque senão também tinham que andar na rua e, portanto, tinham custos no transporte, elas eram diretamente encaminhadas para as IPSS mais próximas e, portanto, era assegurada a refeição, portanto, é algo em que estamos a trabalhar e a equacionar efetivamente essas medidas que se tiverem que ser novamente implementadas. Assim serão. --

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhora Presidente da Câmara Municipal e Executivo, Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, senhores da comunicação social e o público em geral que nos ouve online. -----

----- Senhora Presidente o estado social do Concelho de Anadia na área da terceira idade apresentava-nos em dois mil e dezassete com vinte sete mil quinhentos e setenta e seis residentes e um total de sete mil trezentos e sessenta e três idosos, equivalente a vinte seis



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto sete da população. Em contraste, em contraste com dois mil e onze, dois mil e onze que sendo vinte e oito novecentos e cinquenta e oito residentes, o número de idosos era de seis mil, seis mil setecentos e oitenta e oito, equivalente a vinte e três ponto quarenta e quatro da população. Ou seja, em apenas seis anos aumentou quinhentos e setenta e cinco idosos, mesmo verificando-se uma diminuição de mil trezentos e oitenta e dois residentes, de acordo com os dados da Pordata disponíveis. Se analisarmos a sua correspondência com jovens em dois mil e dezassete ficámos ser de duzentos e quarenta e três idosos para cem jovens, quando em dois mil e onze era de cento e oitenta e um idosos para os mesmos cem jovens, portanto, o aumento de sessenta e dois idosos pelos mesmos jovens no período de seis anos. Constatámos também que o índice de envelhecimento do nosso Concelho varia entre cento e trinta e três ponto noventa e um, na União de Freguesia de Arcos e Mogofores e trezentos e dezasseis na freguesia de Vilarinho. Sendo variável de Freguesia para Freguesia. O diagnóstico do Conselho Local de Ação Social do Concelho de Anadia diz-nos também que o número de clientes em lista de espera na resposta social para estrutura residencial para idosos, o ERPI, em fevereiro de dois mil e dezanove era de setecentos e setenta e quatro. Senhora Presidente a análise dos números é objetiva e não deixa dúvidas do envelhecimento constante do Concelho de Anadia e da necessidade de se encontrarem respostas adequadas ao problema. Reconhecemos com regozijo o heroico e nem sempre compreendido esforço desenvolvido pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, que não regateiam esforços e dedicação, nem faltam aos seus idosos com os seus serviços de apoio, humanidade e elevação, satisfazendo deste modo as suas necessidades mais básicas, quer haja pandemia ou outra na anormalidade. No entanto a oferta existente não é suficiente, situação que causa constrangimento tanto aos idosos como às suas próprias famílias, que necessitando de trabalhar, acabam por não apoiar condignamente os seus entes queridos. Senhora Presidente o Conselho Local de Ação Social de Anadia no seu excelente relatório de vinte e dois de novembro de dois mil e dezanove, faz o diagnóstico perfeito dos problemas e necessidades da terceira idade. Ainda na recente reunião de apoio às novas candidaturas o Conselho Local de Ação Social voltou a salientar a importância do papel das IPSS, mas a verdade é que não podemos ficar pelos diagnósticos e duas questões de coloco. Primeira questão, não será possível a Câmara Municipal de Anadia reforçar o apoio às IPSS de imediato, face ao aumento anormal dos custos ligados aos bens alimentares, energéticos e outros? Segunda questão qual o plano da Câmara Municipal de Anadia para responder aos problemas da terceira idade, em especial as infraestruturas residenciais para idosos e outras prementes identificadas pelo CLASA para os próximos quatro anos de mandato? A Senhora Presidente dirá que ao Estado compete o apoio às instituições, mas também não será uma mais-valia para a Câmara Municipal de Anadia ter uma população saudável e mentalmente feliz? O meu obrigado. Senhora Presidente esta intervenção era para ser lida em vinte e oito de Abril, mas por questões regimentais não foi possível. Agradeço a sua resposta. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, um pequeno alerta para sejam mais sucintos dado que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estamos todos constrangidos no tempo e, portanto, presentemente há cerca de dois minutos que têm para gastar e, portanto, isto não é nenhum alerta, é só uma pequena elucidação acerca do consumo do tempo. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu penso que é para eu responder e eu diria ao Senhor Deputado Marcelino Rasga que se calhar se enganou no Fórum onde devia expor esta situação, é que não devia estar a ser exposto aqui na Câmara, devia estar a ser exposto era no Parlamento, aí sim, porque, obviamente, nesta matéria de social eu pergunto o que é que o Estado está a fazer? E o Senhor que até já foi dirigente de uma instituição, sabe bem, enfim, que quem dá o apoio é o Estado e a Segurança Social. São estas entidades que, no fundo, dão a resposta. -----

----- Mas vou-lhe dizer Senhor Engenheiro quando as instituições quiseram inclusivamente entrar no programa de alargamento das respostas sociais houve mapeamento, quando se aperceberam da dimensão da folha e das necessidades, o mapeamento desapareceu, deixou de haver mapeamento e, portanto, também deixou de haver participação e estivemos aqui uns aninhos aqui sem saber se ia haver apoios ou não. Há dias mais três instituições conseguiram o apoio do PARES. A ideia que é sempre o Município de Anadia aquele que ao nível do distrito está, enfim, mais bem apetrechado, nós não ficamos confortáveis com isso, como é óbvio, ficamos orgulhosos por reconhecerem as nossas instalações, agora não ficamos satisfeitos na medida em que nós percebemos que as solicitações são muitas, mas a estratégia do Governo tem sido zero e a participação mesmo das necessidades, o aumento das valências, o que é que o Estado fez? O Estado não deu mais dinheiro. O Estado permitiu que, em vez de, por exemplo, poderem ter num Jardim de Infância vinte crianças estavam vinte e duas, mas não deram acréscimo de dinheiro, ou seja, alargaram o número de utentes, mas na mesma resposta e com o mesmo dinheiro. Portanto, isto não é apoio nenhum e agora, por muito que o Município possa fazer, obviamente, não consegue dar resposta nem vai construir instalações para todos. Agora temos dado sim todo o apoio possível, desde que o Executivo MIAP e desde que entrei em funções damos inclusivamente subsídio às IPSS, não chega é apenas um bocadinho, como ainda hoje o fizemos, atribuímos noventa e sete mil setecentos e cinquenta euros às IPSS, mas ao longo do ano vamos trabalhando com as IPSS, com protocolos, em parceria, obviamente, eles prestam-nos um favor e uma grande ajuda, mas nós também estamos a ajudá-los e eles próprios reconhecem isso, não trabalhamos isoladamente. Ainda há dias os chamei aqui todos e assim como é que vocês querem fazer? Acham que querem continuar e vamos continuar a trabalhar em parceria ou não? Quem não quiser, não fica. Quem quiser fica. Estabelecendo inclusivamente o ajustamento dos valores das refeições, para que eles não tenham prejuízos, mas isso vai criar um défice para o Município. Claro que vai criar, mas é uma forma de continuarmos a ajudar essas instituições. Agora trabalhando inclusivamente em outros programas, estava há bocadinho a falar, enfim, da saúde mental, de envelhecimento ativo, não esquecer, são realidades completamente diferentes, temos a Universidade Séniors da Curia, que é efetivamente, felizmente, continuamos a manter um número de alunos significativo. Claro que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são pessoas que estão no ativo e que, enfim, tem outras condições. Mas depois temos todas as outras que estão nas instituições com um programa das agilidades, que nós estamos a trabalhar com as instituições. Aqueles que quiseram aderir, estão connosco e nós a apoiar. Agora não podemos é substituir-nos, infelizmente, a cada instituição e, enfim, reforçar nos apoios todos, não é possível e nem cabe às Câmaras, cabe ao Estado. E é esse o Fórum onde o PS, efetivamente e vocês estão no Governo, devem fazer esse apelo de uma forma muito vincada para ver se mudamos efetivamente as políticas, nomeadamente na área social. Mas também na área da Juventude, porque eu pergunto o que é que o Governo tem feito em matéria de políticas de juventude? Zero, zero, pura e simplesmente, enfim, agora vamos começar a apoiar aí uns estágios para ver se os jovens ficam em Portugal, se não vão para fora, enfim, mas vamos ver o que é que vai acontecer. Mas aquilo que tem sido feito realmente não tem havido uma aposta clara, nem em políticas de juventude, nem política social e isso é claro e, por isso, temos este défice que temos e a realidade do Município de Anadia não é diferente da realidade dos outros Municípios, enfim, se calhar alguns até os de grande dimensão não sentem tanto, porque a população, enfim, em maior número, está mais dispersa, mas tem igualmente as suas dificuldades e as suas deficiências e, portanto, quanto mais os Municípios de menor dimensão, porque trabalhamos muito mais próximo das pessoas, porque estamos muito mais próximo dos problemas, obviamente que sentimos efetivamente as dores de uma outra forma. -

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, reitero, contudo, a necessidade de ser mais célere nas suas ou mais sucinta nas suas respostas. -----

----- Eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho.

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e restantes Vereadores, colegas, Excelentíssimos Senhores Presidente de Junta e Senhoras Presidentes de Junta, comunicação social e público em geral, presente e que nos acompanham via Internet. -----

----- Tem sido apanágio por parte de um cidadão e político deste Concelho escrever sobre o abandono das Freguesias. Reiterou no dia dezasseis de maio numa publicação própria e que se refere efetivamente à Freguesia de Avelãs de Cima. Eu queria aqui realçar meia dúzia de pontos que me parece importante ripostar, porque aqui é que é o local onde nós devemos discutir a política e não nas redes sociais, porque aqui nós temos um rosto e é aqui que a nossa função é e deve ser apreciada, votada e discutida. E vou dar esses pontos. Abandono, sem dúvida alguma que quando esse cidadão, esse político diz que a Freguesia está abandonada ou é pena estar abandonada, esquece que está a maltratar e a desconsiderar a população que existe nessa freguesia e digo porquê, porque essa população tem uma dedicação, tem uma resiliência, um respeito, participa e há uma intervenção nos territórios que em nada conferem este abandono. Basta ver os traços de ruralidade que se mantém, mas também o respeito pelas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estruturas e pelos serviços que acolhem e que recebem. Não conheço e pelo menos não chegou até ao Executivo da Freguesia qualquer voz do agente público, podemos falar por exemplo, das unidades locais de saúde que existem ou privados, empresas, falo, por exemplo, dos CTT que conferem qualquer anomalia, qualquer diálogo que tenha sido feito e que não tenha sido prontamente satisfeito. Três. Quando alguém fala desta maneira de uma Freguesia, poderá também estar a atingir, a querer atingir o Executivo. Quem nos abandonou, até agora, foi esse cidadão, esse político e eu explico porquê. Porque ainda não participou, nem solicitou nenhuma atividade pelo Executivo, precisou qualquer tipologia do documento, a única coisa e que fez referência a isso foi a plantação de uma árvore, uma árvore. É uma atividade política muito interessante em seis ou sete meses de atividade na Freguesia que diz que está abandonada, escreve que está abandonada. Mais nesse conjunto de atividades nós gostaríamos de ser convidados, porque esse Senhor também é convidado quando há atividades políticas municipais. Na realidade temos assistido também a uma coisa, nas Freguesias onde o partido de que faz parte é a solução, ele ainda não escreveu uma palavra. Quer dizer só estão abandonadas as Freguesias cujo povo abandonou o projeto dele? As outras trabalham maravilhosamente bem. Fica aqui esta perspetiva, mas podemos falar de abandono, podemos olhe, podemos falar do abandono quando nós temos que substituir o Estado com algumas atividades dos territórios. Dou só o exemplo de uma atividade que foi feita no âmbito de uma estrada nacional. É que foi uma equipa do Município fazer a limpeza dessa estrada, teve que abandonar o trabalho deles para os quais foram criados nas Freguesias, para ir tratar de uma função que é competência do Estado, das Infraestruturas de Portugal. Aí estamos abandonados, fomos abandonados. O Estado não fez, não cumpriu com o seu trabalho, mais em posição relativa à delegação de competências. No congresso que tivemos da ANAFRE em março em Braga, discutia-se com o senhor Presidente da ANAFRE esta questão, queriam que nós aceitássemos a delegação de competências cujas atividades, por exemplo, relacionadas com os estradões e as estradas florestais que conferiam o valor de cinco mil euros, porque é que nós não aceitávamos uma coisa dessas? Porque eu não resido numa Freguesia urbana. Eu resido numa Freguesia, sou Presidente de Junta numa Freguesia que tem quarenta e dois quilómetros quadrados e cinco mil euros davam para fazer, como disse a Presidente de Junta de Rio Maior, davam para fazer dez quilómetros de estradas florestais e o resto e quando houver os fogos florestais, vão-nos pedir responsabilidades? Vão-nos colocar numa barra de tribunal? Aí sim estamos completamente abandonados por aquilo que nos quiseram impor. Também posso falar da questão que já foi aqui abordada, o preço dos fatores de produção e dos serviços, fomos abandonados? Fomos. Como é que se pode pedir às populações que vivem com pensões de reforma, pensões de sobrevivência, que mantenham os seus espaços limpos, com o litro de gasóleo agrícola a custar um euro e sessenta. O dobro do que estava há um ano. Estamos completamente abandonados, aí estamos completamente abandonados e já agora, eu não queria dizer, mas vou reforçar uma péssima negociação que foi feita e respeito por este partido para com as Freguesias do Concelho de Anadia, ocorreu na ANAFRE. Nós temos muitos exemplos, se este senhor insistir



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

neste abandono, nós vamos insistir em trazer aqui ao de cima esta verdade. Havia um lugar no Conselho Geral, um Presidente de Junta do Concelho de Anadia. Esta discussão com muitos Presidentes de Junta, entendeu o responsável que é neste momento, que é neste momento militante, simpatizante desculpem, entendeu que não podia haver dois membros de Freguesia do Distrito no Conselho Geral. Eu vou-vos dizer o que é que ele fez. Ele conseguiu pôr dois Presidentes de Junta do seu Concelho no Conselho Geral. Preferiu era errado ter dois do Distrito, mas conseguiu colocar dois do seu Concelho. Fomos abandonados? Fomos. Sem dúvida alguma que fomos e, portanto, queria reiterar a posição assumida de há duas assembleias para cá. Enquanto nos destratarem, diminuírem, desrespeitarem e desconsiderarem o nosso trabalho na Freguesia, podem ter a certeza que nós viremos cá ripostar, sempre da mesma forma, o respeito deve ser mútuo e é aqui que se discute, não é nas redes sociais. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, pergunto à Senhora Presidente se quer tecer alguma consideração? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu acho que a intervenção do Senhor Presidente de Junta foi bem explícita naquilo que é o sentimento, obviamente, de todos e, portanto, quando todos no dia a dia fazem o melhor trabalho possível e dão o melhor de si, obviamente que ninguém aceita estas críticas. Sabemos que essas críticas têm outros alvos, mas, pronto, é a vida e a política faz-se um pouco desta maneira um bocadinho falaciosa e pronto e temos que conviver, mas concordo consigo sim, que efetivamente é preciso desmontar, enfim, muito daquilo que injustamente se vai se vai dizendo.

----- Já agora se me permitem só para acrescentar e ainda em complemento da informação anterior, dizer que o Município de Anadia desde sempre apoiou todas as obras sociais que as várias instituições foram fazendo e, portanto, ainda no fim de semana passado, que estive na Amoreira da Gândara, concluiu as obras do Lar e foi daquelas obras onde o Município de Anadia efetivamente bem apoiou, por exemplo Avelãs de Caminho também que teve uma obra comparticipada do PARES e o Município apoiou, a APPACDM e por aí fora Misericórdia, e enfim, vamos estando presentes sempre que nos é solicitado e dentro efetivamente de um orçamento que é razoável, portanto, só para complementar a informação do muito fazemos e não só instalações, por exemplo, apoio a carrinhas, a viaturas. Já o fizemos e, portanto, é assim que vamos estando ao lado das muitas instituições.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, cumprimento-o a si e à Mesa, a Senhora Presidente da Câmara e Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Senhoras da comunicação social, Senhoras e Senhores eventualmente presentes, outro público presente e as pessoas que nos acompanham pela Internet. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Vou ler uma proposta que tentei entregar à Mesa, ao Senhor Presidente da Mesa e que, quanto a nós, era para ser discutida no ponto dois da ordem do dia, ou seja, quando se discutisse a moção de rejeição da linha de alta do traçado da linha de alta velocidade é que esta proposta faria sentido. O Senhor Presidente achou que não, que não está na ordem de trabalhos e eu vou ler e sugeriu-me que lê-se que depois a Mesa analisa, e eventualmente, coloca na próxima Assembleia Municipal. Já tem havido outras situações, aproveito para dizer isto, onde uma moção ou um requerimento aqui apresentado e que não estava na ordem de trabalhos, tem sido discutido aqui. Lembro-me, por exemplo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhor Deputado, Senhor Deputado a fim de que não continue com um juízo erróneo, perfeitamente erróneo, vou-lhe dizer que o Senhor está a misturar moções com propostas e afins e, portanto, o Senhor está a elaborar um erro processual e regimental que lhe foi explicado e que, se quiser, para o próximo repito novamente, porque acredito perfeitamente que conseguirá perceber o que é o Regimento. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Ai consigo com certeza. Bem então vou ler a proposta. Definição de um traçado alternativo à linha de alta velocidade no Concelho de Anadia. A Infraestruturas de Portugal, SA, entidade gestora das infraestruturas rodoviárias do País, desenvolve atualmente o projeto da linha ferroviária de alta velocidade, decorrendo a atualização dos corredores de alta velocidade entre Lisboa e Porto e depois do Porto a Vigo. Para além de ser uma alternativa ambientalmente sustentável e competitiva, em relação ao transporte rodoviário e aéreo entre as duas principais cidades do País, permitirá igualmente a conexão à linha do Norte, às ligações intermédias, nas ligações intermédias de Leiria, Coimbra e Aveiro, só para referir as que se situam na região Centro. Analisando o que já é do conhecimento público e considerando que: ponto um o traçado previsto atualmente atravessa de forma impactante alguns vinhedos da zona de São Lourençinho e áreas limítrofes numa grande extensão, afetando um dos mais conhecidos ex-libris da região da Bairrada, com consequências negativas em propriedade e projetos de enoturismo do setor vitivinícola do Concelho. Isto é o primeiro ponto, segundo ponto, a linha de alta velocidade irá permitir reduzir de forma significativa, em cerca de uma hora e trinta e três, o tempo de duração da viagem entre Lisboa e Porto e ainda mais de Lisboa a Vigo, como é óbvio, sendo naturalmente uma óbvia vantagem competitiva para o País como um todo. É normal e até saudável que, no contexto de um País democrático, as definições das grandes infraestruturas nacionais rodoviárias e aeroportuárias, portuárias e de distribuição de combustíveis e também as ferroviárias, serem alvo de discussão e eventual contestação por parte dos cidadãos, movimentos cívicos e associativos, bem como dos movimentos e partidos políticos que sintam os seus legítimos interesses ameaçados. Não se encontra ainda definida ou não se encontra ainda definido o traçado definitivo da linha de alta velocidade que atravessará o Concelho, estando previsto até uma reunião, tanto quanto sabemos, entre a Infraestruturas de Portugal e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, de que o Município de Anadia faz



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte. Ponto cinco, a melhor forma de defender os interesses do Concelho, será por isso, a participação de forma construtiva na definição de um traçado alternativo, que minimize os impactos negativos do traçado proposto pelas Infraestruturas de Portugal nos terrenos, infraestruturas e projetos e empreendimentos que se situam nas áreas a atravessar. O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Anadia, propõe que o Executivo Municipal de Anadia, em articulação com os Municípios integrados na CIRA e concelhos limítrofes não integrados nessa Comunidade Intermunicipal, proponha um traçado alternativo para a linha de alta velocidade que permita preservar a mancha de vinhedos e projetos de enoturismo existentes, sem pôr em causa igualmente o desenvolvimento do País e a sua integração no espaço da mobilidade europeia na vertente ferroviária. É isto que eu queria propor, queríamos propor. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, muito obrigado Senhor Deputado. Alerto também mais uma vez da necessidade da celeridade no tempo que já é negativo e, portanto, vou conceder dois minutos ao Grupo Municipal, porque já está excedido três minutos e vinte e nove. -----

----- Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, eu peço desculpas por voltar ao tema, mas vou pegar nas palavras da Senhora Presidente na resposta que deu à minha intervenção, nomeadamente no que diz respeito às medidas propostas pelo Governo. Efetivamente este feedback também ele é negativo, aliás, temos como exemplo que as medidas, algumas das medidas propostas até acabam por priorizar a situação. Veja-se, por exemplo, esta última medida noticiada em que é proposto uma diminuição dos apoios sociais a milhares de pobres. Mas a minha retoma a este tema prende-se essencialmente por um reforço, no reforço especialmente na questão das crianças e dos jovens que até é uma parte que, no fundo, trabalho diariamente quase, porque é preciso alertar a Senhora Presidente que há aqui a necessidade de haver, no fundo, um reforço. O que importa dedicar é, no fundo, uma atenção mais especial a estas crianças e jovens que estão em situação de risco. O perigo dado que a sua vulnerabilidade tende a aumentar e mais agora neste que de férias, como sabe as escolas que estão a desenvolver um papel importante de acompanhamento. Todos nós e deve ser do seu conhecimento também fala-se de crianças que muitas vezes a sua refeição está dependente da ida à escola. Ora, em período de férias, essa necessidade fica dependente da predisposição, digamos assim se me permite, de alguém do agregado familiar poder levantar as refeições ou solicitar essas refeições ou seja no fundo, o que o reforço que lhe pedia era um pouco para ir mais além do que aquilo que é feito, não pondo em causa o que é feito, porque está a ser bem feito, mas que reforçasse essa medida, esse alerta, porque nós sabemos que às vezes há certos indicadores que nos são suficientes para podermos promover uma ação, uma proação. Indicadores esses que é o caso, por exemplo, da diminuição das refeições ou até, por exemplo, no caso da diminuição, por exemplo, do pedido de apoio de medicamentos. Ou seja, quando se verificar isso, o que eu lhe pedia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atenciosamente é que realmente no bom papel que já tem vindo a desempenhar era que estivesse alerta. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dizer ao Senhor Deputado Rui Bastos que não me está alerta a coisíssima nenhuma, porque, enfim, nós estamos todos os dias no terreno e, portanto, não precisamos ser alertados, precisamos de ser sobretudo é informados e ter informação precisamente na hora que é necessário e, portanto, nesse sentido é, de facto, necessário um trabalho de muita proximidade entre a Câmara Municipal, entre o Agrupamento de Escolas de Anadia ou outras, ou outros estabelecimentos de ensino. Porque temos outras realidades também e todas as pessoas, todas as instituições que fazem parte da nossa Rede Social e, nomeadamente, os Senhores Presidentes de Junta que também estão no terreno e, portanto, também tomam conhecimento destas situações. Como disse nós estamos disponíveis para intervir e, obviamente, nessa questão das refeições, que é outra preocupação no período de férias, faremos aquilo que já fizemos no passado, não foi uma, nem duas vezes, se tiver que ser uma terceira é uma terceira, agora tem que haver também a essa informação que chegue e devidamente articulada e ponderada também que muitas vezes também é necessária. Deste trabalho em rede, portanto, que vamos fazendo e, portanto, se me escapar alguma coisa, os Senhores também Deputados e também fazem parte deste Concelho, também tem essa oportunidade e até diria eu essa obrigação de nos fazer chegar essa informação.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente, dou agora a palavra à Senhora Deputada Marta Duarte. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores Presidentes dos órgãos da comunicação social, Municípios presentes, quer fisicamente quer online. -----

----- Decorreu nos dias três, quatro, e cinco de junho a Feira do Ambiente, organizada pelo Município de Anadia. Este ano o evento realizou-se já no novo Parque, tendo organização e programas diferenciados dos anos anteriores. O que consideramos positivo agradecendo a todos os que estiveram envolvidos nos respetivos trabalhos. No entanto, temos de dar conhecimento do desapontamento existente relativamente à festa da criança integrada na Feira do Ambiente. Para além de entendermos que o Dia da Criança deve ser assinalado com outra ênfase, o que será melhor abordado em sede própria e não será nas redes sociais. Muitas foram as pessoas que se queixaram da organização da festa, nomeadamente, a existência de apenas um insuflável de reduzida dimensão para centenas de crianças, bem como a falta de indicação dos horários de cada atividade no respetivo folheto de divulgação, isto sem querer, como é óbvio, desmerecer todo o trabalho. O trabalho de todos os que nesse dia proporcionaram estas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atividades às crianças, às quais agradecemos. Ainda relativamente à Feira do Ambiente. Ainda relativamente ao ambiente, peço desculpa, mas já não a respetiva feira, considerando que compete à Câmara Municipal a construção e manutenção de infraestruturas de água e saneamento, sendo um dos programas eleitorais do Executivo MIAP aumentar a taxa de cobertura da rede de saneamento para cem por cento, gostaríamos de saber quais as obras e medidas previstas para que a taxa de cobertura atinja os cem por cento? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Deputada, dou a palavra á Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Cada um tem a sua opinião, mas pronto, temos que aceitar, enfim, os elogios e, obviamente, também as críticas. Porque as críticas sobretudo quando são num sentido construtivo, obviamente que temos que fazer sempre mais e melhor e, portanto, ir aprendendo com aquilo que não correu tão bem. Este ano mudámos de sítio, fomos para o Parque Urbano, tivemos mais espaço, foi precisamente nossa opção porque o dia um de junho, dia da semana, é sempre difícil trazer as crianças ou levar efetivamente qualquer animação a todas as crianças do Concelho e até porque estão também nas escolas e, portanto, chegar a todas as crianças é muito complicado. Foi a nossa opção e não fazê-lo no fim de semana anterior, até porque havia, enfim, um evento similar ou para as crianças no Concelho vizinho, portanto, também nós os Concelhos vizinhos tentamos trabalhar em rede para que não haja sobreposição também de eventos e nesse sentido foi a nossa opção aproveitar esta deslocalização da Feira do Ambiente da Praça para o Parque Urbano e com maior segurança e com outras condições, promover efetivamente outras iniciativas e algo que diferenciasse também aquilo que é o programa para as crianças e, portanto, foi nesse sentido que trabalhamos e felizmente eu acho que correu bem. A adesão superou as nossas expectativas até porque, enfim, também os meninos que sabiam e os pais, obviamente, destas atividades de domingo e daí que houve grande afluência, obviamente também aproveitaram para conhecer um bocadinho daquilo que eram as ofertas que estavam nesta montra da Feira do Ambiente, portanto, eu acho que de uma forma muito pedagógica aproveitámos para oferecer algo mais às crianças, não só a brincar, mas também a aprender e este é o nosso lema hoje e para o futuro, portanto, queremos continuar a trabalhar e a implementar. A brincar também se aprende e também se aprende a brincar. É isto que vamos fazendo e foi isso que efetivamente conseguimos com este programa integrado na Feira do Ambiente e, portanto, neste momento não tenho mais nada a acrescentar senão dizer que, provavelmente para a próxima edição, enfim, dependendo do dia da semana em que as coisas acontecerem, as coisas terão que ser necessariamente reajustadas, porque também, enfim, as coisas também vão crescendo e aquilo que tiver que ser melhorado, obviamente que será efetivamente atendido. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Se me permite Senhor Presidente só do saneamento. Bom, muitas das obras estão elencadas, enfim, na informação que vos foi remetida e, portanto, para termos cobertura a cem por cento, obviamente, temos que fazer sobretudo prolongamentos de rede em algumas povoações, que é isso que faz falta e nesse sentido também temos vindo a trabalhar. Ainda há dias concluímos uma empreitada em Avelãs de Caminho, temos outra, por exemplo, fizemos também em Sangalhos no prolongamento da rede, temos também em Carvalhais, vamos fazendo um pouco por todas as Freguesias e depois há lugares, nomeadamente, na zona mais a poente do nosso Concelho. No caso de Vale da Mó em que dentro de dias lançaremos o concurso da obra para levar o saneamento, enfim, e vamos trabalhando no sentido de concluir ou de fazer os prolongamentos desses locais que ainda não tem a cobertura e, portanto, se não chegarmos aos cem chegaremos lá perto. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
----- Senhora Deputada para que era levantou o braço, está satisfeita, ok. Então não havendo mais intervenções nem pedidos de intervenções. Passaremos então ao **Período da Ordem do Dia** cujo **ponto primeiro é a Apreciação da informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal**, pelo que de imediato lhe dou a palavra. ---

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----
----- Senhor Presidente o documento foi remetido a todos os Senhores Deputados, portanto, aquilo que tentámos é destacar aquilo que entendemos da atividade, das iniciativas mais relevantes que promovemos, dos investimentos também que realizámos, da informação que vai junta relativamente aos processos judiciais pendentes, a parte financeira e, portanto, desde logo se alguém tiver alguma dúvida ou quiser levantar ou quiser apresentar alguma questão eu estou à disposição para responder. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
----- Muito obrigado. Está inscrito o Senhor Deputado Rui Bastos, mesmo antes da apreciação da informação da Senhora Presidente, faz favor Senhor Deputado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----
----- Obrigado Senhor Presidente, tentarei ser o mais rápido possível. É com alguma satisfação que vejo aqui anunciada a conclusão dos famosos balneários da pista XCO, já era sem tempo, aproveitava apenas para perguntar esta conclusão estará prevista, se é possível adiantar alguma data mais precisa e depois solicitava-lhe encarecidamente, na medida do possível, se poderia dar alguns esclarecimentos adicionais, como é que está a decorrer o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara, para além do que já é aqui exposto. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
----- Muito obrigado Senhor Deputado, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----
----- Olhe aquilo que era a intervenção no edificado está feito, olhe precisamente é aquilo que vamos fazer de imediato. A conclusão da rede de saneamento em que ligando esta infraestrutura, tentaremos ganhar quota para ligar mais duas ou três casas que ali à volta não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão ainda ligadas à rede de saneamento por falta de quota e, portanto, tentámos estudar a melhor maneira e viabilizar desde logo essa ligação em definitivo. Prevemos que quando decorrer agora o concurso o Campeonato da Europa de XCO, obviamente, que tenhamos oportunidade também de já poder ocupar e usar estas instalações. -----

----- Quanto à questão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara nós estamos com os projetos de execução, portanto, em curso, estamos efetivamente a fechar aquilo que tem que ser feito e pronto e é isso que se me oferece dizer, neste momento. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP: -----

----- Obrigado Senhor Presidente, nesta questão relativa à intervenção do Município fazer aqui duas ou três observações. A primeira tem a ver com o programa florestal do Município, tendo nos anos anteriores havido o protocolo com as Freguesias e associações das três Freguesias mais florestais e estando a decorrer alguma limpeza das faixas de rodagem, também agradecia que houvesse o esclarecimento público às populações nesse sentido. Depois queria também uma vez que presumo que não tenha sido temporária ou propositado, queria regozijar pelo trabalho que tem sido feito no âmbito cultural, desde as atividades que decorreram no cineteatro, o Aqui Bairrada que teve uma participação excelente, esta Feira do Ambiente e um papel muito importante de todos os atores e, nomeadamente, as escolas e os escuteiros. Queria deixar aqui uma ressalva precisamente para eles, porque foram efetivamente muito importantes neste processo e presumo que esteja também a preparar todas as questões relativas às atividades desportivas que vão ocorrer já a partir do próximo, não é deste fim de semana é do próximo fim de semana neste Concelho, das quais destacamos as questões relativas aos trails e aos campeonatos europeus de ciclismo que ocuparão, portanto, toda a capacidade hoteleira da região nos últimos quinze dias de junho e durante o mês de julho. E não podia deixar aqui também de dar uma nota que não veio também por uma questão de timing, que é a participação que o Município tem tido e que tem sido pouco valorizada relativamente num encontro ou ir ao encontro de possíveis stakeholders que valorizem as nossas estruturas desportivas, nomeadamente aquelas que são de elite e olímpicas e, portanto, valorizo muito o trabalho que foi feito aqui pelo Vice-presidente na visita que fez o Iraque. Tenho acompanhado desde essa altura algum trabalho e alguma informação que tem sido dada e trazer o exemplo que foi tido em anos anteriores relativamente, por exemplo, a outras federações, a outros comités olímpicos, a outras provas internacionais vínicas, porque é convidando que nós podemos receber as pessoas e é indo ver o que os outros fazem bem que nós conseguimos também copiar e fazer bem. Os meus parabéns e deixo aqui esta nota. Obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer intervir Senhora Presidente? -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu não percebi se me deixou alguma interpelação ou não. Relativamente ao protocolo das associações florestais ainda hoje de manhã em reunião do Executivo aprovamos o protocolo que será celebrado com as três Juntas de Freguesia, portanto, Avelãs de Cima, Moita e Vila Nova de Monsarros e com as três associações envolvidas das três Freguesias e pronto e mantemos esse apoio às associações florestais, há semelhança daquilo que temos vindo a fazer nos anos anteriores. Programa este que começará no dia um de junho e terminará a trinta de setembro, contando obviamente com o trabalho das associações e contando também com todos os voluntários ou pessoas que eles consigam efetivamente trazer para este processo da vigilância móvel. Portanto é um investimento que o Município tem vindo a fazer, são cinquenta e quatro mil euros em termos financeiros de apoio para a vigilância móvel florestal, à parte de todo o apoio logístico em termos das motas, dos capacetes, das bússolas e ainda do combustível que tem este ano um acréscimo em relação ao ano anterior e, portanto, é neste juntar, enfim, as forças e as sinergias entre as associações florestais, o Corpo de Bombeiros e a GNR, que é quem tem a responsabilidade da vigilância da floresta, que temos que efetivamente fazer este programa de vigilância, não só do lado poente do Concelho, mas também ter condições para podermos chegar também a todo o território e, portanto, desde logo congratularmos por novamente este ano podermos contar com as associações florestais e podermos, enfim, ter este programa ativo. Dizer também que iremos ter reforço na vigilância em termos de câmaras, com uma ligação também ao Moinho do Pisco e desde logo também melhorar um pouco mais o Moinho do Pisco e bombeiros para termos aqui um maior, uma maior disponibilidade também de recursos e também podermos fazer maior monitorização da nossa floresta. Portanto era isso que que se me oferece dizer à parte, enfim, de todos os investimentos que vamos fazendo. Também as Juntas de Freguesia, aliás Avelãs de Cima é um exemplo com a construção também dos pontos de água e nós também, reforçando essa mesma disponibilidade em termos de pontos de água para o combate aos incêndios. -----

----- De resto na questão de todo o programa que tem sido feito nos últimos meses e continuará, enfim, nos próximos meses, e que são, de facto, diversos em todas as áreas, seja na área dos vinhos, seja na área também do desporto, que é algo que nós efetivamente devemos implementar porque temos boas infraestruturas. Voltando a reforçar que há muitas infraestruturas que outrora foram reconhecidas pela UCI, já deixaram de ser e a nossa, felizmente, ainda continua a merecer esse título e, logicamente, também a procura também por várias seleções e desde logo trazer também os campeonatos, que é um lado, um custo para o Município, apoiamos inteiramente a realização de todos esses campeonatos mas, logicamente, traz retorno para a economia local, seja para a restauração, ou seja para a hotelaria ou para o enoturismo em geral, para a economia global. E desde logo também, ainda hoje na reunião de Câmara, portanto, o Senhor Vereador teve oportunidade de explicar a deslocação e o contacto que fez ao Iraque e acho que é claro que cada vez mais é uma aposta que temos que fazer no sentido de, enfim, nos estendermos a outros países e tentarmos efetivamente capitalizar no



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sentido de podermos promover parcerias, podermos promover geminações também, o que será o caso e tentarmos vender, enfim, aquilo que temos, não só em Anadia, mas obviamente no nosso território e, portanto, dentro da dias teremos também teremos uma deslocação novamente de elementos do Iraque e nomeadamente da cidade que visitou e, portanto, obviamente que os contactos continuarão a estabelecer e, obviamente, até a reforçar, portanto, é assim que temos que trabalhar na procura de quem efetivamente acredita no nosso território e, sobretudo, quem quer investir no nosso território. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora Deputada Marta Duarte. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Eu estou aqui a consultar a relação de processos judiciais pendentes, não sei se nesta sede me é possível esclarecerem os processos número nove e doze, tem o mesmo autor Casa da Graciosa, sendo entre parênteses, Centro de Recolha Animal de Anadia, será que eu posso saber qual é o objeto deste processo sumariamente? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente, queira responder por favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, basicamente, estes processos surgem alguns já cá há muito tempo, um é mais antigo que o outro e, portanto, estes processos da Casa da Graciosa prende-se sempre com a interpelação que fazem ao Município de Anadia e com, enfim, com uma motivação expressa que é, enfim, pedir uma indemnização, por exemplo, ao Município de Anadia, porque acham que o Município de Anadia não deve fazer concorrência aos privados, não devem ter zonas industriais e, portanto, nós estamos aqui a fazer uma concorrência. Há, por exemplo, a uma zona industrial que é propriedade privada e desde logo, entende a Casa Graciosa que o Município de Anadia aquilo que faz, fazem todos os Municípios deste País, mas pronto, o Município de Anadia não deve promover as áreas industriais. Quando até essa infraestrutura privada é promovida pelo próprio Município de Anadia até no próprio site do Município, entre outros, e quando nos procuram e, portanto, quando não temos terrenos para colocar à disposição, damos desde logo indicação desses lotes que estão disponíveis. Depois um outro processo já mais recente, tem a ver com a instalação do Centro de Recolha Animal de Anadia e num processo, enfim, até mal entendido, porque, efetivamente quando foi feito o loteamento, no próprio loteamento há áreas de cedência, áreas de equipamento para áreas verdes e área de equipamentos e, portanto, foi isso que ficou na ponte na planta de síntese, é aquilo que fica sempre em todos os loteamentos. Com um lapso no alvará que foi emitido, em que só se falou em espaços verdes, quando instalámos lá o Centro de Recolha Oficial de Animais e porque, obviamente, entenderam que não gostavam de ter lá um centro de recolha oficial de animais, entenderam promover mais uma ação contra o Município de Anadia, mas porque, enfim, o equipamento não seria adequado àquela mancha, quando foram eles próprios que apresentaram a planta de loteamento e a planta de síntese que foi aprovada pelo Município de Anadia. E basicamente, resume-se a insto



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estes dois, estes dois processos. Claro que há sempre uma entidade que está por trás destes processos também da Casa da Graciosa, enfim, que se chama Quercus e que também alimentada por algumas pessoas e, por outro lado, porque a Quercus não paga custas e, portanto, enfim, vamos alimentando isto durante anos e anos, portanto, e daí continuarem a fazer parte desta nossa lista. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, não havendo mais inscrições para participação neste ponto, iniciaremos o **ponto número dois: Apresentação, discussão e votação de uma proposta de Moção no sentido da rejeição do traçado da linha de alta velocidade do Concelho de Anadia.** -----

----- Antes, porém, da análise deste ponto da ordem do dia, gostaria de tecer alguns breves comentários. Entendo eu que a contenda política e o dirimir opinativo e argumentativo deverá ser estribado em pressupostos racionais, com caráter axiomático, porque essencialmente inequívoco. Estas premissas são tão mais importantes quanto maior for o peso estrutural e estruturante dos assuntos e das decisões a tomar. Não deverá haver espaço para tibiez, ou dúbias retóricas. Diz o povo do alto da sua pragmática experiência ou sim ou sopas. Com ética e eloquência, com base na prossecução da nossa missão enquanto Deputados Municipais. Direi obrigado. -----

----- Porei então, agora sim, o ponto número dois da discussão da moção que foi veiculada pelo Executivo e que passo, desde já, a pôr a vossa apreciação, pedindo também que seja apresentada. Não sei se o Executivo, aliás, todos nós temos essa mesma proposta de moção, não sei se o Executivo quer ler ou far-nos-emos nós substituir para a leitura desta moção? De qualquer das formas, por dúvidas. Sim Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Senhor Presidente temos nesta Assembleia um técnico da Câmara Municipal, o Dr. Hugo Fonseca e eu gostaria antes de colocar este ponto à votação e à vossa apreciação, eu gostava que o Dr. Hugo pudesse ter oportunidade de fazer uma breve explicação sobre aquilo que é a nossa apreensão relativamente a este traçado. -----

----- Mas se me permite só desde já fazer algumas considerações. Há pouco no ponto anterior eu fiquei um pouco surpreendida por um documento que foi lido aqui pelo Senhor Deputado Fernando Barbosa que, de certa maneira, até me baralhou. Porque na realidade nós apresentámos esta moção do Executivo Municipal porque estamos efetivamente preocupados e na verdade, enfim, desde logo, somos contra a passagem da linha de alta velocidade no nosso Concelho. Aliás nós somos contra a linha de alta velocidade, porque aquilo que entendemos é que não há justificação nenhuma de gastar mais de quatro mil e oitocentos milhões de euros, que é nesse valor que já falam, numa linha de alta velocidade para ligar o Porto a Lisboa e, de facto, para o Município de Anadia não traz rigorosamente nada. -----

----- E quando há pouco aqui se falava na saúde, com tanta deficiência, com tantas necessidades, quando se fala no apoio social, quando se fala no apoio às IPSS, não existe por



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte do Governo e existem quatro mil e oitocentos milhões de euros para gastar numa linha de alta velocidade para ligar apenas o Porto a Lisboa, que esse é o fundamental encurtar o território. Foi aquilo que eu ouvi encurtar o território. Mas até fico surpreendida do Senhor Deputado propor que o Município pense numa solução, porque, na verdade, aquilo que eu ouvi na reunião de Câmara e se me permite, por parte de um Vereador e nomeadamente o Vereador do PS, eu fico até, enfim, admirada, porque aquilo que o Senhor Vereador inclusivamente insinuou é que nós tínhamos uma visão provinciana e mesquinha, desculpem. Nós temos que tomar posições ou defendemos o território ou defendemos o Governo e é isso tem que acontecer e temos que ser claros e temos que ser objetivos. A linha de alta velocidade é um custo elevadíssimo, há de ter supostamente comparticipação dos fundos comunitários, se vier a ter e se se vier a concretizar, prejudicando o nosso território, tendo impacto para a economia local, tem impacto para os nossos produtores, não acrescenta rigorosamente nada ao nosso Concelho, antes pelo contrário. Veja-se que a Curia deixou de ter os comboios a parar na Curia, só passa o regional, só para o regional, o comboio Intercidades para de vez em quando, porque temos aqui um protocolo entre a Rota da Bairrada, enfim, para algumas situações poder parar. Mas deixou de parar. O Alfa Pendular não para, mas pior do que isto é que além do traçado da linha de Lisboa ao Porto, ainda temos uma ligação, supostamente ali de Mogofores virada à linha do Norte, em que alguns comboios depois vão passar para a linha de alta velocidade. O que quer dizer que o próprio Alfa Pendular e o próprio Intercidades, vão deixar de passar na linha do Norte e vão todos para a linha de alta velocidade e, portanto, nós apenas ficaremos a ver passar os comboios, que é aquilo que nós já quase fazemos. Como é que nós queremos promover a coesão, se cada vez mais abandonamos o território. -----

----- Meus senhores, eu gostava que vocês refletissem sobre esta proposta, sobre este traçado. Vou dizer que já tivemos essa reunião na Comunidade Intermunicipal, apenas com os Municípios que são afetados, com a Infraestruturas de Portugal, que além do pouco tempo que tivemos, apenas nos foi explicado um bocadinho como é que se chegava ao Porto e quais eram as vantagens para Lisboa, que é o encurtar o tempo, enfim, na ligação destas cidades, como se o comboio depois não fosse parar em Coimbra, não fosse parar em Aveiro. Quer dizer ou o comboio vai do Porto a Lisboa sem parar e consegue vir a reduzir uma hora e tal, ou se parar em Aveiro e Coimbra não vai reduzir esse tempo coisíssima nenhuma. Mais ainda, se calhar só vai haver um comboio a passar lá de alta velocidade, porque senão vai empurrar o Alfa Pendular, vai empurrar o Intercidades e, se calhar, o mercadorias, porque também já ouvi dizer que o mercadorias em certas situações, também de vez em quando vai para a linha de alta velocidade. Meus amigos então vão todos os comboios para a linha de alta velocidade? Há qualquer coisa aqui que não está bem contada. Agora, provavelmente, provavelmente diremos nós, que na reunião que iremos ter no final do mês, nós Município de Anadia com as Infraestruturas de Portugal, nos vai ser explicado algo mais. Mas o que é curioso é que nós também sabemos que em Bruxelas, este projeto até é conhecido, mas é engraçado que este troço entre Soure e Porto nem é muito bem conhecido lá por Bruxelas. Porquê? Porque de Soure



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Lisboa deve estar quase tudo definido, aqui temos esta encrenca, aqui neste território da Bairrada, de que tanto nos orgulhamos, em que tanto investimos ao longo dos anos e, de facto, está a ser destruído o nosso território, está a ser destruída a Bairrada e, por isso, meus senhores temos que estar atentos e temos que efetivamente nos mobilizar no sentido de preservarmos aquilo que de melhor nós temos e é isto que eu vos peço para vocês se sensibilizarem. Peço desculpa Senhor Presidente se me alarguei, mas começo-me a entusiasmar um pouco quando se fala nisto, não tenho entusiasmo pela linha de alta velocidade, mas porque efetivamente sinto revolta por mais uma vez me dizerem que a linha de alta velocidade, procuraram que ela mesmo passasse no limite dos Concelhos e veja-se que em Anadia está a fazer uma barriga imensa, uma barriga imensa para criar mais uma barreira física a meia distância entre a linha do Norte e a autoestrada, para depois se aproximar a Norte e para sul para chegar a Coimbra e para chegar a Aveiro e para Anadia nem se junta à autoestrada, nem se junta à linha do Norte, não pode ter curvas? Claro que não, uma linha de alta velocidade não pode andar às curvas. Mas meus amigos vejam a barriga que faz para se conseguir desviar não sei de quê. Mas pronto, é isto. Hugo, se não se importa e Senhor Presidente da Assembleia eu dava aqui a palavra ao Hugo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor. -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- Boa tarde a todos. Eu fiz aqui uma pequena, uma breve apresentação daquilo que nos foi apresentado pelas Infraestruturas de Portugal. O que está aqui neste primeiro slide, isto é, isto é uma ficha do Programa Nacional de Investimentos 2030 que foi aprovado pelo Governo e é no fundo esse programa que foi aprovado este objetivo de criar uma nova linha de alta velocidade, Porto de Lisboa. O principal objetivo está definido aqui, é, no fundo, garantir que o tempo de viagem será próximo de uma hora e um quarto e também pretender, no fundo, segregar os tráfegos dos comboios rápidos e lentos. Isto é o que está na ficha do Programa Nacional de investimentos. A partir daqui o Governo nomeou as Infraestruturas de Portugal para liderarem todo o projeto relacionado com a execução deste objetivo e então as Infraestruturas de Portugal começaram a definir como é que vão implementar esta nova linha, está no fundo estruturado para ser executada em três fases. Numa primeira fase vamos ter um troço de Porto-Campanhã até Soure. Numa segunda fase vamos ter o troço de Soure até ao Carregado e, finalmente, na terceira fase ainda do Carregado até à estação de Lisboa-Oriente e ainda estão em ponderação se a linha deverá ou não ser estendida até ao Aeroporto Sá Carneiro. Isso depois em termos de timings querem que a fase um as obras se iniciem em dois mil e vinte seis e se concluam até dois mil e vinte e oito e nas outras fases, está aí identificado os timings em que pretendem ver concluídas estas fases. As características do fundo da nova linha é uma linha para o tráfego de passageiros, isto é o que está no slide das Infraestruturas Portugal, de alta velocidade e também dos comboios convencionais de longo curso. Isto porque o projeto inicial de alta velocidade foi no fundo, em dois mil e três foi estudado e depois foi concluído em dois mil e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nove, previa que era uma linha que era em bitola europeia. Esta linha aqui está a ser estudada para ser em bitola ibérica, ou seja, permitindo haver a interligação da atual linha do Norte com esta nova linha de alta velocidade. Depois tem alguns dados sobre as velocidades, a configuração da linha, os locais onde vamos ter estações. Vamos ter uma estação que está ali indicada que em Gaia ainda está em avaliação. A estação de Aveiro atual dos comboios terá que ser, terá que ter ali obras de reformulação, de Coimbra B idem e o que é que vai acontecer? A nova linha de alta velocidade não vai passar em Aveiro e em Coimbra, vai passar ao lado e depois haverá uma ligação, quer da linha de alta velocidade até às estações. Neste caso aqui a Norte, na de Aveiro vamos ter uma ligação de Oiã até Aveiro e quem vem do Norte na zona de Canelas, Estarreja até Aveiro. No fundo a linha de alta velocidade passa fora das cidades e depois há algumas ligações que vão até às cidades e fazem essa ligação às estações. Temos aqui o no fundo um desenho, um esquema que compara os atuais tempos de viagem. O Alfa Pendular atualmente com três paragens em Gaia, Aveiro e Coimbra, faz a viagem entre Porto e Lisboa em duas horas e quarenta e oito. Apesar deste tempo de viagem ser de quase três horas, mas a gente sabe que o comboio não tira no fundo aproveitamento das suas características e em alguns setores da linha o comboio tem que andar a velocidades muito reduzidas, porque a linha está degradada e não permite que o comboio anda à sua velocidade máxima. Após a construção da fase um entre o troço de Soure-Porto, no fundo a ligação Porto-Lisboa está aqui prevista que se faça em uma hora e cinquenta e sete. Após a fase dois será em uma hora e dezasseis e depois a fase três, aquela que eu falei que é do Carregado até à estação do Oriente, há aqui só um ganho de dois minutos, será então uma hora e quinze, de acordo com o que foi o objetivo definido pelo Governo no Programa Nacional de Investimentos. Aqui também temos alguns tempos intermédios entre o Porto e Lisboa e dá para ver que é proposto, no fundo, esta nova linha irá permitir alguns ganhos, de qualquer maneira nós não conseguimos ainda perceber como é que isto vai funcionar, ou seja, aqui é indicado, por exemplo, na fase um que já que se envolve Coimbra até Porto, por exemplo, se estes tempos são considerando viagens diretas ou se também contemplam paragem por exemplo em Aveiro. Não há não temos muita informação ainda sobre isto, foi-nos apresentado aqui este slide, no fundo para mostrar que há ganhos efetivos, mas depois não sabemos também se com todo o tráfego que a linha vai ter, se efetivamente os tempos de viagem serão estes que aqui estão previstos. Também deram uma outra perspetiva do que é que vão ser os ganhos quando a linha de alta velocidade se articula com a linha do Norte e as outras linhas da Rede Ferroviária Nacional e, no fundo, isto é idêntico em todas as situações há um ganho em termos de tempos de viagem. De qualquer maneira também, por exemplo quando há esta articulação de uma linha de alta velocidade com outras linhas ferroviárias a gente sabe que uma pessoa saindo por exemplo na estação de Coimbra, vai ter que esperar que o comboio chegue, por exemplo, para ir para a Guarda, o comboio não está logo ali à espera, há sempre o tempo de espera. Não sabemos também se o que está aqui contabilizado nestes tempos, já prevê esses tempos de espera nas estações ou se é só o tempo só de viagem dentro do comboio. Mas no fundo foi isso



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que nos foi apresentado. A calendarização do projeto está identificada, já houve aqui algumas alterações, porque aqui já tínhamos previsto que no segundo trimestre de dois mil e vinte e dois que se iniciasse o procedimento de avaliação de impacto ambiental. Foi-nos dito há cerca de duas semanas que este procedimento terá início em agosto, a avaliação de impacto ambiental no fundo é um momento em que depois haverá uma consulta pública sobre o projeto e será essa a fase em que todos interessados poderão ver em concreto como é que será a nova linha e como é que ela será implantada no território. E depois disso temos no fundo aí todos os outros procedimentos relacionados com a contratação das empreitadas, da elaboração do projeto de execução da obra e depois, finalmente, também a execução da obra e como foi dito o objetivo é que o troço de Soure ao Porto esteja concluído no ano dois mil e vinte e oito. E aqui neste último slide eu vou buscar os antecedentes, ou seja, qual é que foi o primeiro projeto da linha de alta velocidade que esteve, que existiu, que começou a ser estudado em dois mil e três e depois foi concluído em dois mil e nove, dois mil e dez. Quando se realizou na altura o procedimento da avaliação de impacto ambiental, para vos recordar que nós estávamos enquadrados aqui no troço de Soure, aqui diz Mealhada, é o lote B isto não é Mealhada este, isto era de Soure até Oiã e Anadia estava aqui neste lote e na altura quando houve a avaliação de impacto ambiental da linha de alta velocidade, havia duas alternativas, dois traçados alternativos. E dessa avaliação de impacto ambiental foi escolhido o traçado que menos impactos tinha para o ambiente e eu posso vos agora apresentar esses traçados, que na altura foram estudados em avaliação de impacto ambiental e o novo traçado que está a ser equacionado para a nova linha de alta velocidade. Aqui temos o mapa do Concelho e temos aqui a autoestrada número um, aqui temos a atual linha do norte, a linha ferroviária do norte, a nacional um e a estrada dois, três, cinco e temos aqui dois traçados. Esses dois traçados foram os traçados que foram, foram objeto de avaliação de impacto ambiental em dois mil e nove, dois mil e dez e desses dois traçados na altura aquele que foi elegido ou eleito como o traçado com menos impactos para o ambiente foi o traçado azul. Mas eles de qualquer maneira, esses dois traçados aqui no nosso Concelho, não têm não há muita alternativa, porque eles são relativamente próximos, por exemplo, aqui na zona da Mealhada-Cantanhede já se nota que há duas alternativas distintas entre os traçados, aqui em Anadia não. Os traçados na altura já se aproximavam os dois e o que nos foi indicado é que tendo sido este o traçado de cor azul aquele tinha sido o escolhido em sede de avaliação de impacto ambiental, o que as Infraestruturas Portugal fizeram neste momento foi pegar nesse traçado e tentarem corrigir as situações que ainda eram negativas, ou seja, entre estes dois traçados eles disseram mas o que foi na altura indicado como a melhor solução, nós agora ainda vamos tentar melhorá-la mais e o novo traçado que está a ser estudado é este cor lilás. Que é também muito semelhante ao que está representado a cor azul ou à outra cor vermelha. No fundo todos eles andam aqui a rasgar o território do Concelho de sul para norte ou de norte para sul e, no fundo, acabamos por ter a tal situação já referida, temos aqui uma barreira física da autoestrada número um, possivelmente iremos ter outra barreira, criada pela nova linha de alta velocidade e mais uma



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

barreira da atual linha do Norte. Eu ainda representei aqui o que está projetado em termos da nossa rede viária principal e aqui no fundo a proposta que existe do novo nó de ligação à autoestrada número um e depois a articulação deste novo nó com a com a nossa rede viária municipal e com a estradas municipais. Além disto o que é que está previsto ainda acontecer aqui em Anadia? É a tal ligação que vai permitir a interligação da nova linha de alta velocidade com a linha do Norte, ou seja, estas duas linhas que aqui veem onde eu tenho aqui o rato é mais ou menos na zona de Vale de Estevão, Mogofores, será o local onde haverá, no fundo, esta interligação da linha do Norte com a nova linha de alta velocidade. Foi isto que nos foi apresentado é lógico ainda não exista muito, não podemos analisar estes traçados ainda com muito rigor, porque isto foi retirado de uma planta com uma escala muito grande e não permitia ter muito rigor no desenho da linha. De qualquer maneira isto já nos pode dar indicações onde é que o traçado se vai implantar, ali com uma margem de cerca de quatrocentos metros, que depois será o corredor de proteção, duzentos metros para cada lado do eixo daquele traçado, será aí que a linha será implantada e pronto e é isto que eu tinha para apresentar. Se existir alguma dúvida, posso tentar esclarecer. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Dr. Hugo. Dou mais uma vez a palavra à Senhora Presidente para colmatar algumas dúvidas que ainda possam existir por parte do plenário. Faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu penso que o Hugo vos conseguiu mais ou menos esclarecer e, portanto, vocês estarem mais identificados com aquilo que é a proposta da linha de alta velocidade. Só dizer que após o estudo de impacto ambiental, nós ficaremos com um corredor de nove quilómetros ocupados numa largura de quatrocentos metros, ou seja, mais de trezentos e sessenta e três hectares condicionados a qualquer investimento que venha a ser realizado, ou seja, mesmo uma daquelas infraestruturas que já existem se quiserem ampliar, não quer dizer que não possam ampliar, têm de pedir autorização às Infraestruturas de Portugal, mas, como é lógico, quer dizer mesmo aquela linha roxa se passa a cerca de setenta e cinco metros como seja a Quinta do Encontro da linha de alta velocidade, dificilmente conseguirá fazer alguma coisa ou o Campolargo, por exemplo, que passa a cerca de duzentos metros. Pronto, isto são alguns exemplos, como outras quintas que vocês de certeza absoluta que conseguem agora a visualizar. E também para os Senhores Presidentes de Junta dizer-vos que enquanto estiver a decorrer a avaliação de Impacte ambiental e, obviamente, até isto estar decidido, que não sei se fica decidido que não fica decidido. Há de ser como o corredor da A trinta e dois, que ficámos mais de cinco anos com um corredor condicionado durante anos e anos e, portanto, queríamos investir, nomeadamente, no Vale Salgueiro não podíamos, porque estava lá o corredor da autoestrada e pronto e é assim que tem vindo a acontecer e, curiosamente, Hugo fez o favor de identificar o nó da autoestrada, mas veja-se não há quinze milhões para fazer um acesso à autoestrada, portanto, seria ao menos fazer lá casitas e a portagem, já que o resto dos acessos podíamos fazer nós. Não há quinze milhões para fazer isso, não há dinheiro para fazer uma



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

variante à EN um barra IC dois, como, enfim, de resto sempre se preconizou, mas supostamente irão haver quatro mil e oitocentos milhões de euros, com toda a derrapagem, obviamente, poderá daí vir porque, enfim, se calhar todos se recordam aquilo que aconteceu com a intervenção na linha do Norte, não foi assim há tantos anos, teve a derrapagem que teve, hoje já não serve e, portanto, vamos fazer uma linha nova, portanto, dar-vos também estas notas de que, de facto, para nós as prioridades podiam ser outras e deviam ser outras efetivamente, mas para o Governo a prioridade agora não é a rodovia é a ferrovia e também não é a saúde, nem a ação social, não é educação e os Municípios enfim, tem que assumir, tem que gerir o orçamento de acordo com aquilo com as migalhas que nos dão e o resto, enfim, vamos governar nós de acordo com os fundos comunitários que venham para o País e, portanto, é isto temos e deixo à vossa consideração a moção que apresentámos e que, obviamente, propomos que a mesma se faça chegar à Assembleia da República, aos diversos Grupos Parlamentares, à Comunidade Intermunicipal, que não afeta todos os Municípios, só afeta seis Municípios da Comunidade intermunicipal, portanto, vamos fazendo o nosso trabalho, também com os colegas vizinhos de outras CIM e, obviamente, com a nossa CVR, com os produtores, enfim, no sentido de nos mobilizarmos. E também, de resto, os Presidentes de Junta de Vilarinho do Bairro, São Lourenço do Bairro, de Arcos e Mogofores, Amoreira da Gandra, Ancas e Paredes do Bairro e Sangalhos, enfim, serão as Freguesias que irão ser, enfim, condicionadas com este traçado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou agora a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, faz favor.

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, começo por apresentar os meus cumprimentos, sendo os mesmos através de Vossas Excelências extensivos a todos os presentes nesta sala, bem como a todos os que assistem a esta sessão remotamente.

----- Após esta explicação do Dr. Hugo Fonseca que agradecemos, após a consulta da documentação remetida e de algum estudo sobre o tema, parece-nos que este projeto não é mais do que a recuperação do projeto traçado de TGV de há doze anos. Umas ligeiras alterações, mas não é mais, é mais do mesmo. Projeto esse que foi amplamente contestado em Anadia e, tal como na altura, também hoje esta não presente, não se apresenta como uma solução ou uma alternativa nem para o País e muito menos para o nosso Concelho. Para o País não é mais do que acrescentar mais uma linha, próxima de outra já existente e cujo principal benefício será para Lisboa e para o Porto. Aliás, o próprio Ministro das Infraestruturas em declarações públicas afirmou e cito, a linha de alta velocidade é um projeto estruturante para o País e que vai mudar de forma radical, a forma como as duas áreas metropolitanas, Lisboa e Porto, se relacionam. Fim de citação. Mas esta forma de relacionamento entre as duas áreas metropolitanas vai custar, no mínimo, quatro mil e oitocentos milhões de euros. E a coesão



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

territorial e as ligações do Interior ao litoral e o escoamento das mercadorias e as ligações à Europa? A prioridade é a construção de mais uma ligação no litoral, que ficará com quatro ligações entre Lisboa e o Porto, que distam entre si trezentos e cinquenta quilómetros. É fantástico. Mas voltando ao Concelho e ao tema da moção. Para o Concelho esta linha e estes traçados, decididamente, não acrescentou rigorosamente nada. Muito pelo contrário, apenas prejudicam e muito, senão vejamos a repetição dos traçados demonstram que nem sequer se teve em conta a evolução dos investimentos feitos no Concelho e na região nos últimos doze anos, aliás, um dos traçados passaria, eu penso que este foi o que foi ligeiramente retificado, passaria exatamente por cima da Quinta do Encontro. O que demonstra o cuidado que se teve na elaboração do mesmo e agora desvia-se cem metros para o lado, ora com os quatrocentos metros da faixa de contenção, fica exatamente igual. Depois sobrepõe-se a uma das mais importantes manchas vitícolas da região, com tremendo impacto negativo naquela que é a imagem de marca do Concelho, que é o setor vitivinícola, como sabemos. Afeta desde a parte agrícola, à produção dos vinhos e dos espumantes e, obviamente, ao enoturismo e vai afetar não só os investimentos já efetuados, como todos os investimentos futuros. Mas a nível económico não é só o setor vitivinícola que é afetado. Qualquer investidor vai pensar duas vezes antes de investir num Concelho completamente retalhado e sem ligação aos principais eixos de escoamento e receção de mercadorias. Sim porque continuamos sem ligação direta à A1, sem alternativa não portajada à EN1 e para piorar só mais um bocadinho, este projeto construção da linha de alta velocidade também refere que os atuais comboios Alfa Pendular e Intercidades passem a utilizar a nova linha e, como tal, sem qualquer possibilidade de parar nas nossas estações. Mais uma vez fantástico. Depois existem ainda as questões ambientais e aqui eu confesso até que estou curioso para ver as reações das associações ambientalistas, da REN e afins. É que um dos traçados, o tal que passava exatamente por cima da Lagoa do Paúl ou da Lagoa de Ancas foi desviado, foi cem metros para o lado, colocamos os quatrocentos metros de contenção e as obras que têm de ser feitas e a Lagoa de Ancas e o seu ecossistema com certeza que vai ter que vai ter problemas. Há destruição da paisagem única dos vinhedos que caracteriza não só o Concelho como a Região da Bairrada. Há com certeza poluição sonora, vai haver movimentações de terras, para além do exato traçado da linha, nos tais duzentos metros de contenção para cada um dos lados e que vai prejudicar o terroir característico desta região. Depois para as populações é mais uma barreira física, vão sofrer com o impacto paisagístico, com ruído e benefícios zero. Senhora Presidente eu referi aqui no meu discurso de tomada de posse e reafirmo hoje, que nós, enquanto movimento independente, defendemos um projeto claro para Anadia sem ter de responder a qualquer interesse a estratégia partidária, o nosso único interesse é Anadia e os Anadienses. Este traçado não serve nem os interesses de Anadia, nem dos Anadienses e como tal estamos total acordo com a moção apresentada que, obviamente, votaremos de forma favorável e pode contar com a total solidariedade do Grupo Municipal do MIAP nesta luta em defesa dos interesses nosso Concelho. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Luís Fonte. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhora Presidente e restantes membros. Eu gostaria só de pedir um esclarecimento relativamente ao que está a ser ali apresentado, nomeadamente daquelas linhas amarelas. Se isto foi apresentado pelo o Governo? É que em mapas que eu andei a tentar consultar, essa ligação entre a linha do Norte e a linha de alta velocidade está na zona de Oiã e depois mais à frente na zona a Norte de Aveiro. Isto porque olhando para a forma como se movimentam os comboios, isto não faz muito sentido, mas de qualquer forma daí o esclarecimento, se é mesmo algo já apresentado pelo Governo, porque parece absurdo, completamente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, pedia então ao Dr. Hugo que esclarecesse. -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- Sim, foi mesmo apresentado pelas Infraestruturas de Portugal, indicaram-nos que seria a forma de o tráfego que vai na linha de alta velocidade poder entrar na linha do Norte, para depois entrar na linha da Beira Alta na zona da Mealhada, foi isto que nos foi dito na reunião e este traçado é o que está na apresentação que nós recebemos das Infraestruturas de Portugal e foi aquilo que foi apresentado na reunião que tivemos com eles. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Quer acrescentar alguma coisa Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não. Em resumo uns tem que se desviar para os outros passarem, se não são empurrados, basicamente é isso, mas eu acho que tinha mais questões. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Sim, sim, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Portanto, este esclarecimento tem só a ver que torna a coisa muito mais absurda do que aquilo que parece, porque está prevista uma outra ligação na zona de Oiã e essa sim a ligação de sair o comboio da linha de alta velocidade entrar na linha do Norte para ir a Aveiro nesse desvio, portanto, este traçado aqui, se for mesmo previsto, é só absurdo, não tem mais absolutamente nada. Outra questão num slide que apresentou à frente onde tem as diversas fases do projeto, mais para cima é o slide anterior, esse penso que era esse mesmo, esse, esse aí, em que tem o atual fase um, fase dois, não à frente, mais para baixo, esse aí mesmo, aí mesmo, estamos aqui no fundo a agredir a inteligência das pessoas que estão a ler este slide é Porto-Lisboa, duas horas em quarenta e oito minutos, mas tem três paragens, já as restantes, não tem, não tem paragem nenhuma, portanto, estão nitidamente a agredir, pelo menos a minha inteligência. Porque o comboio atual, tendo em consideração os milhares de milhões de euros que foram investidos na linha do Norte desde mil novecentos e noventa e cinco, é inacreditável que ainda não é, portanto, isto é mais um daqueles projetos absurdos. O que é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que eu tenho um apelo ao Executivo da Câmara Municipal que defenda os interesses de Anadia de forma veemente, porque este é um absurdo total, não é só para o País, mas afeta-nos de forma direta e é necessário definir uma estratégia clara de como combater isto, porque vai afetar o futuro dos filhos de todos nós, só para pagar esta brincadeira, além das outras brincadeiras que já se fizeram durante os últimos os últimos vinte anos. E já agora, a Senhora falou há pouco sobre o trajeto, o traçado, quando vamos ver as coisas de perto, é realmente ridículo a barriga que criaram para entrar dentro do Concelho de Anadia. O Concelho de Anadia está aqui a amarelo não foi de forma rigorosa mas mais ou menos, no entanto o comboio virá daqui de Coimbra e tem que andar às curvas para não passar no concelho de Cantanhede, esforça-se muito para não atravessar o Concelho de Cantanhede, Concelho este que é muito mais plano, tem zona florestal, que poderia ser atravessado com um menor impacto económico, no entanto, à alguma razão para fazer este trajeto. Eu acho que a Câmara de Anadia poderá defender a alteração do trajeto, já que é óbvio que o Governo vai andar para a frente com isto, porque certamente que há um a dois construtores civis que precisam disto. Mas que o trajeto ao menos saia do Concelho de Anadia e tenha um trajeto mais natural e passe à esquerda do Concelho de Anadia, mais a Oeste. Esta é a proposta que o que eu tenho. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Engenheira quer confirmar ou informar alguma coisa? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só acrescentar que inicialmente eu acho que o TGV até havia uma proposta, quando se falou disso, que até se aproximava de Águeda e depois já não, Águeda está completamente fora deste processo. Mas das versões que existiram há uma que afeta mais a Mealhada e outra que está mais para o lado de Cantanhede e, portanto, aquela que estará, enfim, que porventura poderá vigorar mais, é aquela que atravessa um bocado da Mealhada e também uma grande parte de Cantanhede. Aliás, passará por cima de Barcouço e não sei se Enxofães e por aí fora e, portanto, nós estamos a fazer este trabalho de sobreposição em termos dos ortofotomaps, porque, conforme também percebeu e o Hugo se colocar as três linhas vão ver a vermelha, a azul e a lilás e, portanto, há uma vermelha que estaria mais encostada à Mealhada, a outra que está mais encostada a Cantanhede, mas atravessa na mesma a Mealhada. Se calhar está aqui a azul ou a roxa, eu já nem sei qual delas é, a azul, portanto, é aquela que menos perturbaria para a Mealhada, mas perturba na mesma porque passa em cima de localidades e, obviamente, afeta igualmente o Concelho de Cantanhede. -----

----- Agora o que não se percebe, obviamente, é com a ideia e, portanto, com a estratégia de passar no limite dos Concelhos, como é que precisamente aqui em Anadia acertam em cheio, não é, e, portanto, não faz qualquer sentido e como disse, é evidente que o comboio não pode andar às curvas. Mas também não percebemos para que é que esta curva tão grande, então tinha começado junto à linha do Norte ou junto à autoestrada e pronto e acompanhava a linha do Norte ou acompanhava a autoestrada. Agora mais uma barreira física, logicamente é que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não faz sentido. De qualquer maneira prejudicaria, mas calhar ainda conseguíramos entender melhor. Agora, enfim, esta mesmo a acertar em cheio é que não tem qualquer, não tem qualquer explicação e, portanto, temos aqui um processo difícil, obviamente, para negociar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Eu de em relação à resposta e ao que vi só queria explicar o seguinte. Senhora Presidente gostaria que as minhas palavras fossem interpretadas com realismo e que as suas respostas sejam também realistas, que é isso que eu procuro. A Senhora Presidente, a presente proposta apresenta pontos com os quais estou de acordo, como a rejeição do tratado proposto e outros que são importantes no desenvolvimento do Concelho, mas que não se devem confundir com o problema principal que é o traçado. Por outro lado, por outro lado está contra a alta velocidade e aí eu sou apoiante e penso que será inevitável a sua execução e passagem no Concelho de Anadia, pelo que há que lutar por novo traçado em áreas menos nobres. Este é um problema concelhio e, como tal devia ter sido tratado. Quando nos debatemos em simultâneo com vários problemas temos de fazer uma seleção atacando o principal. A Moção em minha opinião peca por misturar e diluir o fundamental que é o traçado. Os considerandos que a mesma contém seriam para outra oportunidade. Senhora Presidente, o Senhor Presidente da República, o Senhor Primeiro-ministro, ouvem os partidos na tomada de decisões nacionais. A Senhora Presidente pelo contrário apresenta-nos uma Moção como facto consumado. Entendo que ouvir os partidos com assento nesta Assembleia teria ajudado a um consenso político tão importante para este problema concelhio e de seria de maior impacto nacional a resolução tomada. Senhora Presidente que fique bem claro que nós somos contra o traçado proposto, queremos um traçado alternativo que não afete que minimize a influência e a negatividade dentro do Concelho. Senhora Presidente diz o povo a união faz a força. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente eu acho que perante este grande dilema, este caso tão sério com impacto negativo para o nosso Concelho, nós até podemos tirar daqui importantes ilações. Desde logo o que acabou de ser referido, é possível haver uma convergência de um pensamento, no fundo, quando todos defendemos o superior interesse do nosso Município, pelo que até em termos de reforço desta moção ela sairia reforçada se realmente as diferentes forças partidárias fossem envolvidas no processo da sua elaboração. Até porque isso só iria contribuir para que a mensagem saísse reforçada e os nossos representantes parlamentares pudessem dirigir-se às entidades que são responsáveis por promover este projeto e agir em conformidade. Depois outra questão importante aqui a referir é a questão dos próprios objetivos propostos para esta linha de alta velocidade propostos pelo Governo, nomeadamente a coesão territorial, servirão da mesma forma para poder apresentar alternativas ao projeto, que acho



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que também serão importantes e aqui já foram mencionadas algumas. Acho que serão importantes porque acabam também elas por reforçar a moção, ou seja, não acabará por ser uma moção com corpo e cabeça, se assim se pode dizer. Gostaria de contrariar apenas um pequeno pormenor, que já não é de agora, que tem a ver com o desenvolvimento económico do nosso Município. Ora o nosso Município efetivamente tem sido um bocadinho, tem vindo a sofrer e a Senhora Presidente referiu isso mesmo, que os comboios já nem param na Curia. Que os comboios são elemento importante na mobilidade, até por algum motivo a União Europeia tem apostado nesse aspeto, não só por uma questão ambiental, mas também por uma questão social e económica. E a verdade é que nos últimos trinta anos nós acabámos por perder quarenta e três por cento dos passageiros por quilómetro, enquanto que Espanha, desculpe, França e Alemanha aumentaram consideravelmente essa percentagem. A linha férrea julgo que até em futuras intervenções ou futuras oportunidades e isto é uma mera recomendação e desculpem por estar a sair um pouco da temática, deveria ser também uma aposta deste Município. Porque vejamos, imaginemos por algum motivo que este projeto tão importante para o desenvolvimento económico, que é o nó da autoestrada, não se venha a concretizar? Dá ideia que não existem outros recursos, outras oportunidades pelo qual vale a pena lutar, mas existe e a linha férrea é uma delas. Por outro lado, não posso concordar totalmente sobre a questão de que a linha de TGV seja maléfica para o país. Esta é, este trajeto, mas se pensarmos numa ótica de uma linha de alta velocidade em que vai abrir, dar abertura para outros mercados, nomeadamente, o ibérico e não só e sendo nós um País que tem apostado tanto no turismo e a própria Senhora Presidente tem referido a importância que o enoturismo para a nossa região, aí a minha opinião já difere, não é? Mas eu vou-lhe ser sincero isto aqui olhando para o projeto que foi o ferrovia, vinte, vinte, os prazos que foram estabelecidos e a percentagem do que foi concretizado, apesar de os fundos serem de oitenta e cinco ou noventa e cinco por cento. Quase, quase não lhe vou dizer que fico, mas quase que ficaria descansado sobre esta matéria quase. Infelizmente às vezes as coisas podem não correr bem e isto a acontecer realmente será extremamente penoso para o nosso Município. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Em relação àquilo que o Engenheiro Marcelino já referiu eu não tenho mais nada a acrescentar, se não até me congratular porque pelo menos tenho impressão que o PS tem uma posição diferente daquilo que foi a posição até assumida pelo vosso Vereador em reunião do Executivo. Parece-me, ainda não tenho a certeza. -----

----- Mas na verdade, no fundo é dizer assim, nós somos contra a linha de alta velocidade, efetivamente, porque achamos que é desperdiçar demasiado dinheiro, quando neste momento o País devia ter outras prioridades e, portanto, primeiro devíamos atender essas prioridades. Nós estamos aqui todos os dias a debatemo-nos com dificuldades, nós os Municípios e as instituições, enfim, todos com dificuldades porque não há dinheiro e, no entanto, surgem aqui



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhões para fazer um investimento destes e, portanto, as prioridades efetivamente é que não nos parecem razoáveis com tantas dificuldades que o País tem. Começasse a distribuir mais dinheiro ou baixassem os impostos dos combustíveis. Ah, mas isso não, baixamos um bocadinho, mas o que é certo é que os combustíveis continuam a subir, bolas, então? Não há sinal nenhum. A seguir vamos ter aqui um ponto sobre a refeições, sobre a mas o que é certo é que nós sabemos que temos derrapagem nas transferências de competências e por aí fora, portanto, é uma questão de prioridades. Não há resposta na saúde, não há resposta na educação, não há resposta no emprego, não há resposta no social, não há resposta na economia. Essa é a verdade. Mas temos aqui esta aposta neste investimento. -----

----- Se tivéssemos todas as outras situações colmatadas, eu até que iria concordar. Claro que sim, vamos lá embora, vamos lá construir a linha de alta velocidade, mas não prejudiquem é desta maneira o Concelho de Anadia. Porque parece-nos que querem mesmo prejudicar, porque parece-nos que nos querem mesmo abandonar. Porque a autoestrada passa e não temos ligação, a linha de alta velocidade há de passar, há de destruir o território e nós não ganhamos nada com isso, aliás, aqui quem quiser apanhar qualquer comboio de alta de alta velocidade ou vai para Coimbra ou vai para Aveiro e depois demora não sei quanto tempo a lá chegar, porque nós não temos nenhuma autoestrada também para chegar nem a Coimbra nem a Aveiro. Ok? Temos estas dificuldade, nós não ganhamos nada, rigorosamente nada, portanto, não há ganhos, efetivamente, para o nosso território, com todo o prejuízo que daí advém e daí não sermos favoráveis à linha de alta velocidade. Com este traçado ainda pior, obviamente que prejudica o Concelho de Anadia, isso é que não há dúvida nenhuma. Dizer, mas a barriga também devia ir mais para a esquerda. Logicamente, para mexer num traçado, vai mexer sempre nos Concelhos vizinhos e, portanto, tem que haver aqui algum consenso a Norte e a Sul, porque efetivamente não se muda um projeto de um dia para o outro. Mas ouçam nós tivemos uma reunião no final do ano passado. Uma reunião que eu disse aqui há que foi complicada, foi dura, foi difícil, não quiseram saber de mais nada. Já passaram seis meses e vem-nos dizer OK, isto é para avançar. E não fossem, efetivamente, algumas intervenções públicas que eu tive se calhar nem sequer iam ouvir os Concelhos, porque não interessa. -----

----- O que está previsto no programa é que em dois mil e vinte e três a obra seja lançada a concurso. Agora nós o que eles estão a prever é que dois meses, OK, vamos pôr isto em estudo de impacto ambiental. Se ninguém reclamar, eu não sei a Quercus, cria-nos tantos problemas, a Associação Zero e todas essas associações ambientalistas, eu quero ver se elas vão aparecer para levantar estas questões, da fauna, da flora, da alteração da geologia do terreno e por aí fora e todas as outras associações. Porque senão isto vai mesmo avançar. E em dois mil e vinte e três a previsão é lançar a obra a concurso, portanto, nós estamos sem tempo, basicamente estamos sem tempo e, portanto, ou estamos mobilizados efetivamente para ter aqui uma posição de força. -----

----- Agora consensos ó Senhor Engenheiro vocês têm uma oportunidade aqui de ter consensos e também tem uma oportunidade junto das forças políticas que vocês têm no Parlamento, de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sensibilizar e de alertarem, no mínimo isso, o MIAP ainda não tem, se calhar algum dia lá chegaremos, mas vocês que têm representatividade do Parlamento, meu Deus, tragam os Deputados todos da nação, nós até lhes pagamos um almocinho, na Quinta do Encontro melhor que a gente até vê melhor a paisagem, e venham lá ver do que é que nós estamos a falar, mas venham ao terreno, efetivamente venham ao terreno, porque não é só estar a fazer traçados em Lisboa, a fazer desenhos, mas venham ao terreno que é isso que é preciso e, portanto, cabe-vos a vocês também, que tem representatividade no Parlamento, que também tomem uma posição de força e sensibilizem, obviamente, para esta situação, porque o Concelho de Anadia e digo e repito, sai prejudicado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Há aqui uma questão que eu gostava de ver esclarecida. Parece que e seguindo as palavras da Senhora Presidente, hoje de manhã na reunião do Município, alguém se pronunciou dizendo que a leitura que estava a ser assumida ou a posição que estava a ser assumida era provinciana e mesquinha. Depois chegamos aqui e vemos que, afinal, nós somos a favor de um traçado alternativo. Não sei em que é que ficamos. A final o que é que estamos a querer, desculpem, mas eu tenho que falar diretamente para os deputados do PS. Um Vereador que fala a uma voz, que classifica as coisas de uma forma, o projeto de uma maneira e depois temos as intervenções dos Deputados Municipais que têm uma visão distinta daquela que foi aqui assumida. Mas eu queria deixar claro que quando nós estamos a abordar esta questão do provincianismo, eu acho que basta nós chegarmos aquilo que se passa em algumas cidades europeias. Eu desafio-vos a fazer a ligação terreste entre a cidade de Frankfurt e Estrasburgo. Estamos a falar da sede do Parlamento Europeu. A dada altura a autoestrada acaba e passamos para uma estrada nacional, porque entramos numa zona protegida e então é preciso respeitar efetivamente os traços característicos dos habitats, dessa fauna, dessa flora, etcetera, etcetera, etcetera. Será que os nossos Deputados Europeus, do Parlamento Europeu também serão todos provincianos para não ter criado aqui uma autoestrada que liga o aeroporto mais movimentado da Europa ao Parlamento Europeu? Cuidado quando estamos a falar das questões do provincianismo. Mais não conheço duas cidades europeias que estejam a distância de trezentos quilómetros, dois eixos rodoviários e de dois eixos ferroviários previstos. Deem-me um exemplo na Europa toda, um só, um só, deem-me só um exemplo. E mais agora eu sou utilizador atual da linha do Norte. Não sei se algum de vocês é utilizador da linha do Norte? O Alfa Pendular circula a mais de duzentos quilómetros horários, no troço entre Aveiro e Coimbra, duzentos e vinte, duzentos e quarenta. Eu estou dentro do comboio, eu utilizo comboio. Será possível depois dos investimentos feitos, conforme disse aqui o nosso, a anterior intervenção, o Fontes, será possível que depois de investimentos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos feitos de mil novecentos e noventa e oito até agora e eu relembro só o apoio que foi dado aquando do Euro 2004. Todos nós sofremos na pele porque utilizávamos essa linha do Norte, os transtornos desse processo. Ainda não conseguimos pôr uma linha a ligar Lisboa-Porto a duzentos quilómetros horários e vamos criar uma para andar a trezentos quilómetros horários? Em vinte cinco anos não fomos capazes de o fazer e agora em oito vamos conseguir fazer uma coisa destas. Eu vou-vos dar um último exemplo, sobre o que é a dificuldade deste investimento. Aqui há dias tive que viajar para um país estrangeiro. Apanhei o regional das catorze e doze na Curia. Cheguei ao aeroporto do Porto às seis menos cinco. E porquê? Porque depois não há articulação nenhuma entre os diferentes meios de transporte. É outro ponto que nós não vimos aqui. O Dr. Hugo acabou de dizer que a estação de Coimbra e de Aveiro, vão ficar fora das cidades. E as ligações? Se calhar o tempo que está ali previsto naquele mapa é uma falácia. Efetivamente o tempo que decorre hoje é aquele que efetivamente vai decorrer na realidade, portanto, deixar claro isto. Nós, eu penso que nós todos que estamos aqui presentes, nenhum de nós é contra a alta velocidade. Agora somos contra é um investimento desta envergadura, quando efetivamente no Concelho e a linha do Norte, já passa a velocidades consideradas razoáveis. Tomáramos nós ter Lisboa-Porto a esta velocidade toda e este assunto já era, portanto, satisfatório. Mas deixe-me só acabar aqui outra nota Senhor Presidente, o respeito que as estruturas e as Infraestruturas de Portugal têm em Anadia. Intercidades que param todos os dias na Mealhada, há Intercidades que param todos os dias na Pampilhosa. Não há nenhum no Concelho de Anadia, à exceção daqueles que são protocolados no âmbito do enoturismo e desde que haja mais de vinte passageiros, então já para na Curia. Aqui se vê o interesse que Lisboa tem tido ao longo dos anos, numa coisa que se chama Anadia. Tenho dito.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, permita-me dirigir-lhe os meus cumprimentos e em si cumprimentar toda a Assembleia, os que estão aqui presentes e os que nos ouvem e assistem a partir das redes sociais. -----

----- Ouvir falar deste projeto hoje e cada vez que se ouve as várias intervenções aqui nesta casa menos sentido faz falar em alta velocidade neste contexto. Não só porque pouco tem a acrescentar ao País e então ao Concelho de Anadia é que não tem mesmo nada a acrescentar e, portanto, não vou repetir a argumentação que foi aqui tecida e é argumentação que tem o seu contexto, tem décadas de trabalho em Anadia e, portanto, quando vamos discutir alta velocidade em dois mil e vinte e dois, um projeto que podemos recuar duas décadas, que tinha o seu enquadramento e a sua bondade certamente não é igual a hoje. Não podemos chegar ao território e trazer um tema para discussão, para ser aplicado só porque temos um Governo de maioria e dinheiro no bolso que vamos avançar com um projeto que é antagónico. É um projeto



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que precisa de no território ser linha direita, mas depois não pode ser porque tem curvas. É um projeto que se tem curvas não pode interferir com todos do mesmo modo e depois chegamos ao Concelho de Anadia e então aqui tábuas rasa, não é? Que é o quê, vinte anos de trabalho em torno do turismo, do enoturismo, do modelo económico, ventilar que Anadia o Concelho de Anadia é um Concelho ótimo para viver, para trabalhar, para investir, temos recentemente e está aqui o Senhor Vereador esteve no estrangeiro a promoveu o nosso Concelho, promover estas vertentes. Anadia é um Concelho bom para investir, venham para Anadia. Dentro de pouco dias vamos ter aqui Anadia visitantes estrangeiros, vêm conhecer o território, vão levar uma imagem, no entanto a discussão que estamos a fazer em torno do TGV é uma discussão que diz precisamente o contrário. Não pensem em Anadia, porque de vez em quando alguém traça uns riscos e aquilo que é verdade hoje amanhã deixa de ser e, portanto, não nos compete enquanto Município estar a promover e a divulgar alternativas. Portanto, a gente ao discutir este assunto, nós facilmente ai não concordam com este traçado, proponham lá outro. Não temos que propor, isto é quase como tratamento do lixo, o que não quero à minha porta também não quer para os outros. Eu acho que vinte anos depois de se introduzir o tema da alta velocidade, nós poderíamos sim, é a minha opinião pessoal, estar a discutir um corredor de alta velocidade mas, por exemplo, para diminuir a assimetria entre o litoral e o interior, porque é que nos fica caro cinco mil milhões de euros para uma alternativa no litoral. Está bem dez mil milhões através do Interior e depois não podemos é vir um projeto desta monta, com todos os problemas que estão a nascente, vir dizer que a grande argumentação é que vamos ter uma viagem de uma hora e quinze. Eu se chegar a esta sala e disser senhores deputados alguém gostaria ou não gostaria de fazer uma viagem que demora uma hora e quinze entre Lisboa e Porto? Sim quem é que não gostaria, mas isso era se eu e qualquer um de nós morássemos no Porto ou em Lisboa. Portanto como isso não é verdade, é um argumento que é falacioso, dá-me a entender que é vamos discutir alta velocidade, hoje em dois mil e vinte e dois, com pessoas de pouca inteligência, pode ser que passe. Então não é benéfico? E depois nós vamos olhar para o recorte e para o mapa, não faz sentido nenhum para o Concelho de Anadia e para o País, apresentar umas linhas vinte anos depois, em que nada acrescenta na discussão, discutimos assim há aqui uma malta que individualmente se pronunciou, mete lá mais de cem metros para o lado, mais cem metros para o outro. E a coisa anda por aqui. Agora nós não podemos ter um País do litoral recortado por vias de acesso viário, caminho de ferro, seja o que seja, que pouco acrescenta, retira dinheiro aos cidadãos que deviam estar a ser aplicados outros mecanismos, transforma-os em supostas alternativas de circulação, que depois na realidade resultam em nada. Se nós tivéssemos a falar hoje em dois mil e vinte e dois, numa linha de alta velocidade em que só vai circular um comboio e circula sempre aquela velocidade, porque depois não vai sofrer, como vimos aqui hoje, os conflitos de outra circulação, de mercadorias. Este comboio será o super bala ou até só o bala e arreda-te para lá, quer dizer não faz sentido nenhum estarmos a discutir alta velocidade neste contexto, quando o País evoluiu, quando o Município de Anadia evoluiu e muito, não é, tem toda a credibilidade para se promover lá fora como um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

território altamente económico e distinto por todos os fatores, um deles é a vinha, o outro é território, outras é as pessoas. Não podemos é estar a fazer tábua rasa destes mecanismos, não é, e condenarmos as populações que, neste momento, enquanto se ventila aqui uma situação que tem a ver com a agregação e desagregação de freguesias, por exemplo, não é, então o Governo que não é capaz de tratar desse assunto bem agora cá fazer um risquinho para pôr mais um contexto na discussão e, portanto, aquilo que me parece é que alta velocidade faz sentido, depois de todos os problemas que foram aqui ventilados serem colmatados. Nomeadamente aqueles que estão a falar hoje e que vão ter impacto no próximo um, dois anos, na vida direta das pessoas e não passa, obviamente, por se gastar este dinheiro, porque se há este dinheiro disponível para aplicar em alta velocidade, então, se calhar fica mais barato modernizar, mais uma vez, a linha do Norte, é mais fácil fazer esse projeto e poupa-se dinheiro e com isso ainda se compram um ou dois comboios, bem melhores do que os que estão e, portanto é assim, eu gosto andar depressa, mas também gosto perceber o que é que faço no caminho que estou a fazer, no comboio duas horas para Lisboa está impecável para mim. Aproveito dá sempre para trabalhar e o comboio tem condições, se melhorarmos essas condições, podemos fazer reuniões de trabalho no comboio. Agora estarmos com essa com este falso argumento de que a viagem vai ser super rápida, para nós não vai ser, para Aveiro não vai ser, para Coimbra não vai ser, para a Mealhada não vai ser, vai ser, de facto, para quem tiver de se deslocar de Lisboa para o Porto e do Porto para Lisboa e esse não é um argumento objetivo e estruturante nos dias de hoje, portanto, completamente contra esta discussão de alta velocidade, completamente contra este traçado de alta velocidade, mas sempre disponível para discutir, discutir o conceito, o conceito que, de facto, seja estruturante para o País. E essa discussão não foi feita e nós em política temos que aprender e em algum momento temos que aprender com erros e com discussões que não nos levaram a lado nenhum e esta discussão pode-nos levar para algum lado, tem é que ser feita, não pode ser feita num gabinete fechado, em que se recupera um projeto que tem vinte anos e vamos lá ver quem são os que com pouca inteligência que vão ter menos força para se impor perante o centrão e ficava por aqui. Muito obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, não sei se a Senhora Presidente quer tecer algum comentário? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não a título de comentário mas apenas um esclarecimento só dizer ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho que a discussão sobre a linha de alta velocidade não foi hoje, foi na última reunião de Câmara, portanto, e aquilo que referi foi aquilo que foi dito, pese embora não esteja escrito na declaração de voto, mas eu ouvi e os colegas todos que estiveram que e também ouviram. -----

----- Relativamente à questão de Coimbra e Aveiro, da estações de Coimbra e Aveiro, aquilo que está previsto, que está previsto é que a estação de Coimbra, portanto, aquela que vai



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prevalecer, Coimbra B irá desaparecer já toda a gente sabe e a outra estação Coimbra sim, exatamente a Coimbra B, será as linhas duplicadas e a estação, enfim, toda remodelada. Aveiro, por sua vez, a linha passará ao lado da atual da linha do Norte, com outra estação ao lado, portanto, irá haver duplicação de linhas e também, provavelmente, o edifício da estação ao lado do outro, portanto, não sairão fora da cidade, nenhuma destas situações sairá fora das cidades, se calhar este prejuízo que estamos aqui a sentir é precisamente porque a linha de alta velocidade tem que passar em Coimbra e tem que passar logo ali ao lado de Aveiro, da estação principal, porque se passasse ao lado se calhar não tínhamos este traçado que temos aqui. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra o Senhor Deputado Dino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde. Obrigado Senhor Presidente na sua pessoa e Senhora Presidente da Câmara cumprimento todos os presentes e os que ouvem via Internet. Ouvi aqui já intervenções muitíssimo boas, muito esclarecedoras. Eu tinha preparado um texto que a Senhora Presidente começou por me furar, desculpe o termo, com a sua intervenção e depois com aquilo que o José Manuel Carvalho disse também, eu começaria por dizer que nós temos de tomar uma posição, primeiro, não sou contra a velocidade. Eu por acaso até gosto de andar de pressa, portanto, aumentar a velocidade dos comboios, já os utilizei e como disse o Zé Manuel é verdade, entramos em Aveiro no trajeto circulamos a duzentos e vinte, duzentos e quarenta quilómetros hora e chegamos a determinados e circulamos a cinquenta ou sessenta e esse é que eu penso que era o investimento, eu sou contra a tal linha de alta velocidade que advém da famigerada, do famigerado TGV, daqui de há uns anos atrás. E acho que é altura de tomarmos, de facto, uma posição dura, para dizer aqueles senhores lá da, eu costumo dizer por outras razões, da capital do Império que existimos, porque penso que alguns nem sequer sabem onde é que fica Anadia, esta poderá ser a primeira coisa. Esta ideia desta linha que agora está a aparecer, que no fundo, é um pouco uma fotocópia daquela de há, do tristemente Primeiro-ministro, de há uns anos atrás, que teve aquele sonho e parece que a história que agora se vai repetir, porque há por aqui alguns saudosistas talvez dessa idade. Claro que eu disse vaidade e acho que isto é uma vaidade, mas esta vaidade é apanágio de quem tem dinheiro e a verdade é que este país está tristemente pobre e cada vez mais com as políticas que este Governo tem implementado. Já somos costumados ser bons em tudo, é o que ouvimos os noticiários, já somos neste momento o terceiro ou quarto a contar de baixo na União Europeia. Isto estamos cada vez melhor. Pode ser é que acabe o dinheiro, como de outra vez e depois haja um outro salvador da Pátria. Eu de facto questiono a necessidade da tal linha de alta velocidade, quando efetivamente há uma linha que melhorada e que, naturalmente, seria muito mais barato e causaria muito menos constrangimentos, que poderia substituir ou, portanto, poderia superar este problema da velocidade. Depois o que foi dito aqui já várias vezes é verdade, eu para ir para Lisboa e durante algum tempo por razões de desportivas ia para reuniões para Lisboa,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha que ir apanhar o comboio a Aveiro, porque em Aveiro é muito mais fácil estacionar, para ir para Lisboa e depois fazia, de facto, esse trajeto que podia demorar menos quase uma hora, se o comboio circulasse a duzentos e vinte ou duzentos e quarenta em toda a sua extensão, mas a verdade é que não é essa. Portanto, ouvimos muitas vezes dizer que a linha do Norte, ouvimos e foi feito, que a linha do Norte que ia ser melhorada, havia milhões logo, porque aquilo que nós vimos na publicidade, que todos ouvimos nos jornais da parte do Governo é há milhões para tudo. Só que é como agora os donos das camionetas, há um subsídio para eles receberem compensando o preço da gasolina e do gasóleo, o que é certo é que até agora receberam zero. É o que dizem os da Antram, penso que é aquilo que se chama. Portanto, depois já aqui tinha aqui uma outra chamada de atenção àquilo que o colega Luís representou graficamente e de uma maneira totalmente esclarecedora, é que porque é que a linha, se queremos fazer uma linha mais curta, mais rápida, então eu sempre ouvi dizer que é a menor distância entre dois pontos é uma linha reta. Então porque é que há de vir a Aveiro, de Aveiro bem apanhar Coimbra e depois volta para Soure, como é? Então para isso ela vinha a direito e passaria muito mais a oeste de Anadia sem os prejuízos que nós estamos aqui a elencar, portanto, é essa a minha posição. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado eu discordo ligeiramente de si ao dizer que eles não sabem onde é que Anadia, tanto é que acertaram na muche mesmo e, portanto, isto tem vindo a acontecer. -----

----- Dou a palavra à Senhora Presidente, se quiser comentar. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu acho que já tudo foi dito, e enfim, podíamos estar aqui toda a tarde cada um de nós a fazer a sua reflexão, mas acho que o principal já foi tudo dito e acho que não vale a pena continuarmos a repetir, senão que fiquemos cada um de nós, efetivamente, com esta preocupação também unidos nesta posição de força que temos que tomar efetivamente perante as Infraestruturas de Portugal, mas, acima de tudo com o Governo de Portugal, porque, no fundo, nada é feito se o Governo Portugal não der o dinheiro ou não dera autorização para que a obra seja feita e, portanto, temos que sensibilizar e dizer que efetivamente temos orgulho de ser provincianos, mas gostamos de o ser e gostamos de lutar pela nossa terra. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado, dou a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente em relação a alguns dos seus comentários eu penso que, embora não tenha a certeza, disso a Senhora é que sabe, os fundos europeus terão um destino e terão que ser canalizadas para a sua para aquilo que foram projetados. Não sei se é possível haver desvios dos fundos, dessa função para que foram projetados para outras modalidades, se efetivamente são taxativos, é assim, é assim e acabou. A outra situação que que a Senhora falou do provincianismo há aqui uma eu tenho uma confusão porque, efetivamente, na



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

declaração de voto do Senhor Vereador do PS Henrique, André Henriques. Ele diz no ponto um é também taxativo que diz o traçado previsto atualmente é negativo para um dos ex-libris da Bairrada o vinhedo e prejudicará produtores e projetos de enoturismo. Disso não há dúvidas e nisso o PS concorda com o Executivo MIAP. Quando a Senhora fala aqui de provincianismo, eu não vejo nada nesta declaração que assim possa indicar. São considerandos que possivelmente são trocados durante a discussão entre Executivos e entre Vereadores que não tem nada a ver, a não ser uma função dilatória daquilo que é a relação entre deputados, entre Vereadores, porque não vejo nada escrito que assim seja. Portanto, a segunda posição e a terceira posição é deputados. A Senhora não sabe exatamente quais foram as démarches que nós já fizemos no sentido do esclarecimento do Governo, através do Ministro Pedro Santos e dos nossos deputados em relação a esta situação, portanto, estamos a traçar e teríamos muito mais impacto das nossas reuniões com os nossos elementos, se efetivamente houvesse da parte da Câmara uma interligação melhor e mais saudável em relação a este grave problema que eu considero para Anadia. A outra situação também que eu vejo aqui é a Curia. Realmente nós, nós, Anadienses e Câmara Municipal de Anadia deixámos cair a estação da Curia, no que é em relação à ferrovia. Nada, eu não vi durante os meus longos anos que ando por aqui, que a Câmara tenha tomado uma posição firme e contrária ao fecho da referida, da referida estação. Tudo isto são considerandos e em relação ao provincianismo eu volto a dizer são relações, portanto, são relações inter reuniões e para lá devem ficar, portanto, o resto passar, passar a mensagem a pessoas que não ouviram, não estiveram lá e que comentam por voz de outros, eu não considero que seja honesto e acho deplorável. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, só um pequeno à parte da minha parte, que é relativamente com os considerandos que o senhor agora elencou que que são perfeitamente dignos, eu fico com uma dúvida, perante a gravidade que o Senhor e as palavras são suas, da situação a tomada de posição é uma abstenção. Isso para mim é uma coisa e eu vi isso porque está no programa da petição e, portanto, eu para mim o que eu digo, é sim, quer dizer e eu há bocadinho quis dizer alguma coisa do género que ou sim ou sopas, eu não estou nada contra o quer que seja, o que eu estou contra é essencialmente uma situação de que quando se põe um epíteto de uma situação gravíssima, atentatória dos interesses dos Anadienses, que está perfeitamente corroborado, o que é que se faz abstêm-se, é só essa a posição, por qualquer das formas o Senhor queria direito de resposta, era faz favor, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Tanto pelo visto eu não fui bem, pelos vistos Senhor Presidente desculpe, pelos vistos eu não fui bem claro, porque na minha intervenção eu procurei dizer que somos contra este traçado, não há dúvida, prejudica Anadia, tem que ser alterado. A Câmara e nós tudo faremos para que assim seja, mas, por outro lado, eu sou favorável à alta velocidade. Eu concordo com alta velocidade, como está atrasada, mas concordo com ela. Ora esta moção, esta moção que nos apresenta é contra a alta velocidade, eu não posso ter duas posições ou sou favorável à alta



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

velocidade ou sou contra a alta velocidade. Daí a razão, uma coisa que não há dúvidas, eu sou contra o traçado, mas sou a favor da alta velocidade, para qual é que me inclino? Portanto é esta a posição. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito bem muito obrigado, não sei se a Senhora Engenheira quererá tecer algum comentário? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Olhe eu acho que não vale a pena darmos aqui muita importância, nem vou estar a ler a moção de quem a produziu e, portanto, eu já disse isto, eu ouvi e os meus colegas de Executivo que estiveram presentes, seja à esquerda ou seja à direita, ouviram com certeza aquilo que ouvi, mais ainda a proposta foi para os Senhores Vereadores e, portanto, a declaração de voto até já vinha feita, depois teve uns considerandos pelo meio, portanto, também ninguém nos pediu a nós qualquer esclarecimento sobre o que quer que fosse, portanto, já vinha a posição delineada, traçado e, portanto, o Senhor Vereador disse o que quis dizer, ponto final e não há mais nada a dizer e é legítima a sua posição. Não me chamem é provinciana, desculpem lá isso é que não. Porque eu acho que as pessoas de Anadia merecem mais respeito. Não o disse ao Senhor Vereador, mas quero dizer que registo, efetivamente, aquilo que foi dito na reunião de Câmara e que, aliás, foi gravado. Portanto, não vou estar a discutir mais essa questão... -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhor Deputado não lhe dei a palavra ainda por favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu não vou discutir mais essa questão. Eu ouvi o que ouvi e ouviram, com certeza, os meus colegas que estiveram na reunião de Câmara, portanto, não há mais nada a dizer e continuo a dizer, é legítima a posição que cada um quer tomar, ou defende o Governo ou defende o Concelho de Anadia, pronto, mais nada, mais nada. Portanto, agora cá com faits divers, mas propõem à esquerda, mas não sou eu que tenho que propor. Aquilo que me foi apresentado foi quase como se estivesse consumado e se nós não estivéssemos atentos, isto ia para discussão pública e acabou. Nós nem sequer tínhamos mais voto na matéria, essa é que é a realidade e, portanto, temos que estar efetivamente aqui, enfim, com a maior atenção. Depois também dizer ao Senhor Vereador, ó Senhor Deputado, se o Senhor diz que andam a fazer démarches, então digam-nos quais são as démarches que andam a fazer, para também estarmos em sintonia. O Senhor diz que nós não dissemos nada. Então mas os Senhores andam a fazer démarches e também não perguntam aqui ao Executivo, olhem lá vocês já reuniram e o que é que tenho para dizer e o que é que vocês acham, que é para vocês levarem a mensagem, também os Senhores Deputados também não disseram nada, portanto, nós também não sabemos aquilo que vocês andam a fazer, porque vocês também nos questionaram zero, portanto, andam a fazer o vosso trabalho isoladamente. -----

----- Sobre a Curia, dizer que nunca foi tomada posição, nunca foi tomada posição pública, se calhar sobre a questão da paragem dos comboios. Porque N reuniões e N manifestações e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunicações da Câmara Municipal, essas houveram. Mais ainda, a estação da Curia ou o edifício da estação, que continua hoje aberto, preservado, foi porque o Município de Anadia lutou por isso e não teve apoios da Refer, nem de quem quer que seja, nem das Infraestruturas de Portugal. Mais ainda, sabe que para nós termos aquele edifício, gastamos dinheiro para ele ter o mínimo de dignidade, para o preservarmos, continuamos a fazer manutenção, mas vou-lhe dizer pagamos uma renda à Refer, não há cá direitos de superfície, ainda temos pagar uma renda ao Estado, a tomar conta daquilo que o Estado devia, devia fazer. Essa é que é verdade, vieram há dias sim senhor no interesse da Refer, mudaram o telhado na sua sala, porque na sala deles ninguém mexeu e não podia mexer. Requalificaram ali as passagens e muito bem, também já era tempo, efetivamente, de fazerem alguma coisinha pela estação da Curia, mas no edificado o Município de Anadia é que tem tomado conta do edificado e, portanto, dar-lhe condições de preservação e também de o mostrar às pessoas e de fazer também daquele ponto uma rota turística, que é aquilo que também que se faz naquele edifício e se pretende com aquele edifício. Portanto, só para dar nota também desta questão da Curia e já agora que estamos a falar na Curia falemos de Mogofores. Mogofores é outra das estações que está abandonada pela Refer. O que é que lá fizeram zero. Está abandonada. Eu diria até abandonalhada, essa é que é verdade e, portanto, nós também não conseguimos chegar a todo o lado, mas o que é que têm feito zero. Ponham também isso, registe Senhor Deputado também para vocês também verem se arranjam algum dinheiro para intervir na estação de Mogofores. -

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente. Marcelino Rasga para? Defesa de? Defesa da honra? Desculpa ó Senhor Deputado defesa da honra o Senhor não foi visado, o Senhor não foi visado em nada em nenhuma das situações, se quiser dar uma informação tudo muito bem, onde é que foi visado? Melhor é começarem a ter muitas regras que têm que ter, mas faz favor e seja sucinto. Se calhar vocês queimam muito tempo, se calhar queimam muito tempo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Só queria responder à Senhora Presidente é que efetivamente estas situações, disse-o na minha intervenção e volto a dizer, requerem um consenso de todos os partidos e o interesse é coletivo, interesse é do Concelho, o interesse é de todos nós. A Senhora não é mais bairradina do que eu sou. A Senhora não gosta mais do Conselho que eu estou, eu nasci aqui, vivi aqui e continuo a viver. Para mim Bairrada, Anadia está acima de tudo o que a Senhora possa pensar. O Governo para mim é secundário, interessa-me acima de tudo a ação do Partido Socialista de Anadia para o benefício e o bem do Concelho de Anadia. Este é o meu ponto e o ponto da concelhia do PS de Anadia. Primeiro que tudo somos de Anadia. Este é o nosso ponto é o nosso lema. A senhora pode-nos insultar, pode usar da estratégia que quiser na sua defesa, mas não duvide disto. Nós somos tão bairradinos como a Senhora e defendemos o Concelho tanto como a Senhora. Agora é pena, eu lamento é que numa situação destas a Câmara Municipal de Anadia não tenha tido ou nos chamar a dizer senhor fulano temos aqui um problema grave, vamos todos unirmo-nos na correção deste erro. Isso é que eu gostava de ouvir a sua parte e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era isso uma demonstração de democracia global do Concelho, que eu gostava que a Câmara tivesse feito, não o fez. Para mim errado, devia ter chamado a todos e conversarmos sobre este problema, porque volto a repetir, todos juntos teríamos mais força para ajudar a resolver o problema, que para mim é muito grave. A outra situação e fico por aqui, agradeço obrigado por me ter dado a palavra. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, este ponto até tinha começado tão bem com a sua introdução a apelar a uma conversa e ao diálogo e a coisa descambou. Infelizmente custa-me dizer isso, mas é verdade e não será o primeiro exemplo. Já várias vezes aqui fomos acusados de tantas coisas, de ser políticos, de ser partidários, e sei lá o que mais, quando nós trazemos aqui soluções para benefício do Concelho, porque é esse o nosso grande objetivo. Pelo que houve aqui considerações que eu acho que não vieram acrescentar nada a isto, muito pelo contrário, porque partindo do princípio que as pessoas até se vão mostrar, eu não sei qual é a intenção de voto mas falo por mim, se estão a mostrar disponíveis, se concordam realmente com a aberração que é este trajeto, porque é. Não vale a pena estar a achincalhar, a gente tem é que encontrar compromissos, não é? Fortalecer laços. Aproveito também para dizer então sobre a questão de estarmos contra o Governo ou estarmos contra o Município. Atenção que poderá haver uma terceira parte, em que a gente possa satisfazer ambas as necessidades, porque, no fundo, como já foi aqui referido e o Município precisa do enoturismo, não é? Precisa de pessoas que venham para o Concelho por causa do enoturismo. E soluções existem várias e eu sei que não é muito hábito, até nos diversos órgãos nacionais e locais, chamar as pessoas para o debate e para discutir e para apresentar propostas, mas poderá acontecer e dizer assim, pronto, você está aqui contra o interesse nacional, diga-me lá uma solução. É pá e a gente tem que chegar e apresentar uma solução que primeiro satisfaça o interesse do Concelho, não é? E depois também que não mine este interesse nacional, que às vezes as pessoas quanto mais batem o pé, pior, não é? Pronto esta questão de encontrarmos compromissos é importantíssimo, até porque relembro mais uma vez, que sempre que fomos solicitados a fazer uma intervenção na Assembleia da República e aqui e estou a falar do nó da autoestrada, não só aprovámos a moção que aqui veio, como tivemos o cuidado e eu falo por mim, e até acho que houve uma resposta nesse sentido, de falar com o Grupo Parlamentar para que fosse feita uma intervenção. Também se não me escapa no projeto de investimento vinte trinta, a Comissão que foi criada ouviu diversos grupos e julgo que um dos grupos com representação aqui, não foi o meu, mas segundo julgo ter visto isso a referência à necessidade de investimento neste pacote de investimento de vinte trinta, o tal nó autoestrada, por isso ou seja, existe boa vontade de parte a parte, acho que não adianta nada estarmos aqui com este atirar facas de um lado para o outro, desculpe a expressão, porque isto não vai adiantar, não vai levar a lado nenhum, pelo contrário, só vem fragilizar e retirar um pouco de força. E por falar em força, permite-me a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acabar a minha intervenção, fazer uma pergunta à Senhora Presidente, os outros Municípios, porque estamos a falar de uma questão de uma posição de força, os outros Municípios, seis Municípios, penso são seis, que estão envolvidos ou que estão afetados por este trajeto é possível sabermos qual é a posição deles? São favoráveis? São contra ao que lhes foi proposto? Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente, quer responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Posso responder. Primeiro dizer também ao Senhor Deputado Marcelino que eu não insultei ninguém, nem pouco mais ou menos e, portanto, eu só disse aquilo que eu ouvi, ponto final e quem quiser leia a declaração de voto e então veja se uma pessoa não tem razão? Até porque essas declarações de voto, até pelos vistos até andam nas redes sociais. A ata ainda não foi aprovada, mas estão nas redes sociais, estão convosco, obviamente, e, portanto, não quero fazer mais juízos de valor relativamente a essa situação. -----

----- Claro que todos somos por Anadia, mas nós temos o privilégio de não depender de nenhum partido e, portanto, não temos vassalagem nenhuma e podemos falar alto e bom som aquilo que entendemos que efetivamente consideramos o melhor para Anadia e, portanto, não temos que ter, enfim, qualquer vassalagem a quem quer que seja. Portanto, desculpe Senhor Deputado, mas é assim se isto é política, vamos lá tratar a política no sítio certo. Isto tem de ser assim mesmo. -----

----- Quanto à questão que me colocou, eu diria que dos seis Municípios que são atravessados pela linha de alta velocidade eu não sei o que é que todos pensam, porque na reunião conjunta que tivemos, eu não ouvi essa manifestação individual de cada um. Mas eu diria quase dos seis que, pelo menos cinco, eu tenho a certeza absoluta que estão contra efetivamente o traçado, pela simples razão que prejudicam por outras razões, obviamente, também os seus Concelhos e, portanto, foi aquilo que eu ouvi e é aquilo que eu posso transmitir, uns mais outros menos, para uns passa próximo da zona industrial, enfim, fora de não sei quê e passo a não sei quantos, portanto, e estou a falar da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Da Comunidade Intermunicipal de Coimbra temos dois Municípios, Cantanhede e Mealhada, com quem também já conversámos, portanto, e daí que também há estas diferenças, obviamente e posições. Terminei Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Francisco Barbosa, Fernando perdão. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado. Ora bem, eu gostava de aproveitar algumas aproximações que aqui têm havido para efetivamente, digamos, tentarmos pôr-nos todos do mesmo lado. A proposta que eu hoje trazia aqui e que não foi possível discuti-la hoje, era nesse sentido, quer dizer, estamos contra o traçado, mas a linha de alta velocidade tem algumas vantagens, também tem



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inconvenientes e tem inconvenientes nítidos para um Concelho de Anadia, sem dúvida, só que provavelmente, o dia da alta velocidade, a menos que haja qualquer razão de força maior, vai-se fazer e, portanto, vai-se fazer contra os nossos interesses, se nós não propusemos nada alternativo. Por outro lado, queria só dar uma nota que é o seguinte. Não há qualquer diferença de opiniões entre o Vereador do PS e os Deputados Municipais, aliás, digamos o texto que nós hoje aqui trazímos está de acordo e está, digamos, está consonante e foi aprovado, entre aspas, por todos os membros envolvidos. Agora, às vezes há estilos de intervenção que são diferentes, provavelmente e, portanto, admito com certeza que é verdade o que está a dizer a Senhora Presidente da Câmara e, eventualmente, o Vereador possa ter dito algumas informações, algumas afirmações que não caíram bem à Senhora Presidente, admito que sim, não é, são estilos diferentes. Agora uma coisa é certa, também não é muito agradável estarmos aqui a bater em alguém que nem sequer está aqui a ouvir, está a ser substituído. Naturalmente que ele ouvirá por interposta pessoa mas quer dizer, não é muito curial, de facto, continuarmos com esta, com este tipo de comentários, portanto, o que é que eu digamos, para terminar diria disto: eu, nós achamos, o grupo de Deputados Municipais do PS, que a linha de alta velocidade tem problemas para o Concelho de Anadia, mas que para o País como um todo é vantajoso e, portanto, nesse contexto, sugerímos que, digamos, os contactos que ainda há fazer, há a fazer e que são impostos antes ou depois do estudo de impacto ambiental, que se tentasse o possível por, em articulação com os Municípios envolvidos neste processo, uns são da CIM e outros são da CIRA, mas que se tentasse um, digamos, um consenso, eu sei que não é fácil e que, eventualmente, baterão contra os pareceres técnicos das infraestruturas de Portugal, etcetera. Mas a verdade é que prosseguir esse trabalho e do nosso, do nosso ponto de vista, como já disse aqui o meu colega Marcelino, nós estamos a fazer os possíveis para influenciar também, tanto quanto podemos, digamos, os nossos políticos aqui da distrital e a nível da Assembleia da República e a nível do Governo. E isso que me podemos garantir, sem naturalmente ser um compromisso de que vamos conseguir aquilo que pelos vistos todos nós queremos. Outro traçado para a todos nós queremos não é verdade, nós queremos um outro traçado da linha de alta velocidade, há pessoas que não querem é alta velocidade, pronto, são duas posições diferentes, legítimas, ambas. Muito obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dizer-lhe também e informar o Grupo Municipal do PS que já ultrapassou em dois minutos e catorze segundos o tempo, porque há uma bonomia e igualdade para toda a gente, mas que ficasse e dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho.

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Eu gosto de ouvir estes debates principalmente quando falam em fragilidades. E este tipo de debates não fragilizam quem cá está, fragilizam quem quer deturpar os resultados das posições que assumiu. E eu vou ser muito claro nesta observação.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ninguém é contra a alta velocidade, parece-me que isso está mais do que ultrapassado. Agora o que não pode acontecer, porque todos nós somos Anadia e porque a Comissão Política do PS é a favor, votou da mesma maneira. Expliquem-me, que é que está fragilizado? Uma comissão política que tem uma noção e que apresenta aqui pelos Deputados Municipais uma versão e que estão à espera de ver o voto e depois temos um Senhor Vereador que se abstém. Onde é que está a fragilidade? Está na restante Assembleia Municipal ou está naquilo que nos querem fazer transparecer? Calma. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Queira terminar se faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima**

José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP: -----

----- Só para dizer isto e depois deixe-me só também dizer, isto de estar a responsabilizar o Município pelo fecho das estações é qualquer coisa de fabuloso, de fabuloso, porque realmente se calhar, o facto de ter fechado a estação de Vale Estacas em Santarém, também é da responsabilidade da Câmara de Anadia. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma intervenção, porei então esta este ponto número dois da proposta de moção no sentido da rejeição do traçado da linha de alta velocidade no Concelho de Anadia ao plenário. Com vinte e sete Deputados presentes. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Portanto, foi votada por maioria com vinte cinco votos a favor e três abstenções. -----

----- Sim. Só há aqui um pequeno, portanto, serão então não vinte sete, porque estava ainda a Senhora Deputada Paula e que, portanto, são vinte e oito, são vinte e oito votos, vinte cinco mais três, portanto, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida nas alíneas j) e k) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alíneas j) e k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – deliberou aprovar a proposta de Moção no sentido da rejeição do traçado da linha de alta velocidade no Concelho de Anadia, apresentada pela Câmara Municipal, que se encontra em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Deputado Municipal do PCP e da Deputada Municipal do +PNT, zero votos contra e três abstenções, dos Deputados do Grupo Municipal do PS. -----

----- Dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa para efeitos de declaração de voto. -

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Vou ler então a nossa declaração de voto. A proposta de Moção de rejeição do traçado da linha de alta velocidade no Concelho de Anadia, proposto pelo Executivo Municipal para apreciação e aprovação nesta sessão da Assembleia, apresenta



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diversos considerandos que nos propomos a analisar. Primeiro: considera a Moção que o referido traçado no Concelho de Anadia atravessa algumas explorações vitivinícolas inseridas na Região Demarcada da Bairrada, com impacto negativo para a economia local, designadamente para o setor. O Grupo Municipal do Partido Socialista nesta assembleia também considera que o traçado previsto atualmente é de rejeitar, pois atravessa de forma impactante alguns vinhedos na zona de São Lourençinho e áreas limítrofes, numa grande extensão, afetando um dos mais reconhecidos ex-libris da região da Bairrada, com consequências negativas para propriedades e projetos de enoturismo, no setor vitivinícola do nosso Concelho. Consideramos, porém, que a linha de alta velocidade que o projeto da Infraestruturas de Portugal desenvolve atualmente, nomeadamente nos corredores de Lisboa-Porto e futuramente na ligação a Vigo, permitindo a ligação à rede Europeia de alta velocidade, apresenta óbvios aspetos modernizadores da rede e vantagens competitivas para o País como um todo, baseado no transporte ferroviário ambientalmente muito mais sustentável do que o centrado no transporte rodoviário. Acresce que tal infraestrutura irá permitir ligações à linha do Norte, em diversas cidades da Região Centro e diminuir de forma significativa em cerca de uma hora e trinta e três minutos, no percurso entre as duas principais cidades do país. -----

----- Estando previsto, segundo informação pública, uma reunião com a IP, com a Infraestruturas de Portugal e a CIRA, pelos vistos esta reunião já se fez, mas futuramente com as Câmaras de que o Município de Anadia, CIRA, faz parte, existem ainda condições para que o Executivo Municipal participe de forma construtiva na definição do traçado definitivo, articulando as suas legítimas dúvidas, dúvidas e posições com os restantes Municípios da região, integrados ou não na CIRA. Será essa a nossa, será essa na nossa opinião a melhor forma de defender os interesses do Concelho, propondo um traçado alternativo que minimize os impactos negativos do traçado proposto pela IP nos terrenos e nos projetos e empreendimentos que se situam nas zonas a atravessar. Por este conjunto de razões este Grupo Municipal não poderá votar favoravelmente a moção de rejeição proposta pelo Executivo Municipal, optando pelo voto de abstenção, esperando que a apresentação de um traçado alternativo possa ser acordado entre os Municípios da CIRA e os outros, naturalmente, e a IP, Infraestruturas de Portugal que é a entidade gestora da linha de alta velocidade. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Mário Mena para? Para a declaração de voto faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro Mário Marinho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente, na sua presença cumprimento os de mais. -----
----- O projeto de alta velocidade que foi recuperado pelo atual Governo, doze anos depois da última versão conhecida, não se apresentava à data, tal como hoje, como uma alternativa sustentável para o País e muito menos para o Concelho de Anadia. Não é uma alternativa para o Concelho de Anadia porque retira e nada acrescenta, logo não é solução e muito menos opção.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nós, Presidentes de Junta que assinamos este documento, comprometemo-nos com os nossos fregueses a defender, em primeiro lugar, os seus interesses e consequente as Freguesias que representamos e que é nesse papel que temos assento nesta Assembleia e a responsabilidade aqui, neste espaço de democracia, de defendermos intransigentemente um elemento que se avançar, pode modelar a Bairrada e o Concelho de Anadia, um território onde não vale a pena investir, porque em qualquer momento será esquartejado. Desta forma, entendemos que o projeto apresentado vai prejudicar gravemente as nossas Freguesias, quer a nível económico, com impacto brutal nos setores vitivinícola, nomeadamente no enoturismo, quer nos projetos já consolidados e em funcionamento, quer no futuro, em termos ambientais, com o ruído provocado e que terá por certo, um impacto direto nos ecossistemas existentes, como a Lagoa de Ancas e o impacto paisagístico com a criação de mais barreiras físicas a dividir as nossas populações e o Concelho. Assim, nós Presidentes de Junta queremos dessa forma, realçar veementemente o total e inquestionável acordo com a moção ora apresentada pelo Executivo Municipal e manifestar reforçadamente a nossa total solidariedade e disponibilidade para enfrentar, com o Executivo Municipal, a dura batalha que terá pela frente. Venceremos se estivermos juntos. Conte o Executivo Municipal e a Câmara Municipal de Anadia com todos nós Presidentes de Junta que assinamos e sobrescrevemos esta declaração de voto. Freguesia de Sangalhos, Freguesia São Lourenço do Bairro, União de Freguesias de Amoreira da Gândara e Paredes do Bairro e Ancas, União de Freguesias de Arcos e Mogofores e União de Freguesias de Tamengos, Aguiim e Óis do Bairro. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia para? Para declaração de voto faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, eu votei favoravelmente, como acho que não teria outra alternativa, nem abstenção nem voto contra, isto porque caso votasse de outra forma daquela que eu votei, no meu entender, estaria a expetar uma facada nas costas aos meus eleitores, estaria a atraíçoa-los valentemente, uma vez que os interesses dos eleitores que votaram em mim ou que votaram por forma a que eu aqui pudesse estar, principalmente e nomeadamente aqueles que estão mais ligados ao setor vitivinícola, desejariam fortemente que eu votasse a favor, portanto, o votar de outra forma, será do meu ponto de vista a uma, uma traição a esses eleitores e, portanto, eu só podia votar favoravelmente essa Moção. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho para? Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Os Presidentes de Junta de Freguesia dos territórios não contemplados pelo traçado da nova linha de alta velocidade Porto - Lisboa, nomeadamente Vila Nova de Monsarros, Moita,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Avelãs de Caminho, Avelãs de Cima e Vilarinho do Bairro, vem manifestar o seu apoio a esta declaração de voto, subscrevendo-a, pois os recursos existentes e o património natural e construído ao longo do tempo e que nos caracteriza, tende a ser delapidado e a desaparecer, perdendo-se um dos nossos maiores identificadores culturais, sociais e económicos. O setor vitivinícola. Hoje são os seus territórios, mas só temos e somos e temos que ser uma Anadia. --

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado. Portanto, damos por encerrado este ponto número dois, passando então de imediato ao **ponto três: apresentação, discussão e votação da proposta de pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual para aquisição de serviços de refeições para a Escola Básica e Secundária de Anadia, Escola Básica de Vilarinho do Bairro e Escola Básica de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea c) do número um do artigo sexto da Lei número oito de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro**, pelo que peço à Senhora Presidente que se entender, fazer a apresentação deste ponto que, aliás, nós recebemos também. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu penso que isto é, eu penso que é simples, portanto está explicado é apenas o cumprimento da lei face ao montante definido para este concurso para aquisição de refeições para as três escolas, Básica e Secundária de Anadia, a Escola Básica Vilarinho e a Escola Básica de Anadia. Obriga a um concurso público internacional e, portanto, também é preciso a autorização, por parte da Assembleia Municipal, para a assunção dos compromissos plurianuais, como de resto, a lei assim o prevê. Portanto, concurso este que a ter concorrentes, pretendemos que haja adjudicação, e portanto, passe a vigorar o fornecimento de refeições por uma empresa, a partir de setembro, para os alunos destas três escolas. Se houver alguma dúvida. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, duas questões muito rápidas. A Senhora Presidente já aqui falou que estas transferências constituem ou vêm com elas anexado um grande défice, face aos reais custos que o Município vai ter e o que eu lhe perguntava é só neste valor dos cento e noventa e três mil, só para dar uma ideia, que diz referência a dois mil e vinte e dois. É possível dizer qual é esse défice ou então se preferir o valor base por refeição, que majoração é que ele tem face aos valores praticados, no fundo, outros anos? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado. Não sei se a Senhora Presidente tem algum comentário a tecer? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não, só daquilo que eu sei, portanto, nós estamos a promover este concurso o preço base,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, foi calculado, estimando o custo refeição a dois euros e sessenta e cinco, mais IVA, foi após a consulta de mercado que fizemos, para enfim, haver a possibilidade de haver concorrentes. Aquilo que o Estado está a pagar é um euro e quarenta por refeição, portanto, estamos a ver aqui qual é o diferencial de comparticipação até agora. Aquilo que neste momento está em cima da mesa e num processo negocial supostamente quase fechado, é que o Governo estará disponível para aumentar esse acréscimo, portanto, dar um acréscimo de valor na ordem dos dois euros e setenta e cinco. Não sabemos ainda se vai ou não vai concretizar, que é um processo que ainda não está fechado, foi proposto à Associação Nacional de Municípios e ainda esta semana tivemos reunião também com a Senhora Ministra, mais uma vez reiterou essa disponibilidade, fica aquém do valor que era solicitado pelos Municípios, que era no valor dos três euros, mas o Governo entende que não se deve ir para esses valores. Para já também para forçar o mercado a não aumentar tanto, uma vez que quanto maior, enfim, os concorrentes perceberem que o valor é comparticipado pelo valor muito superior tendem a elevar o preço. Para já, nós fomos a concurso com este e, portanto, temos aqui um diferencial significativo, se o valor que for atribuído ao Município for de um euro e quarenta, se for dois euros e setenta e cinco, já com IVA, haverá na mesma um encargo para o Município, mas a diferença irá ser mais reduzida. Por outro lado, não esquecer é que no meio disto tudo há o escalão A e o escalão B e, portanto, enfim, essas diferenças também, no fundo, essas contas têm que ser feitas, porque ficarão sempre também com esse diferencial para o Município. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga. ---

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Este ponto três da ordem de trabalhos basicamente refere-se ao pedido do Município para poder assumir compromissos plurianuais, no entanto, a questão que para mim se coloca verdadeiramente é razão que leva a este pedido. O Município recebeu um presente envenenado do Governo com a apelidada transferência de competências, neste caso na área da educação. Esta habilidade do Governo destina-se a transferir responsabilidades e custos sem a necessária e natural transferência de verbas para suportar os custos. Durante quinze anos tive a responsabilidade neste setor da Escola Secundária e facilmente percebo que o diferencial entre receitas e despesas será garantido. O aluno paga pela refeição um euro e quarenta e seis, mas o custo efetivo da refeição e ouvimos ainda agora, é bastante superior, no entanto, a diferença não será tão direta, porque das oitocentas a novecentas refeições que a Escola Secundária e refiro-me concretamente à Escola Secundária, está a servir, há alunos que através da Segurança Social lhe é atribuído o tal escalão A, que não paga a refeição ou o escalão B que paga somente metade. Neste momento há dez por cento de alunos a receber o escalão A e cerca de quinze por cento a receber o escalão B, fruto das políticas de empobrecimento deste país que o atual Governo tem utilizado. Com uma inflação que se diz já ter atingido os oito por cento, sem qualquer melhoria do rendimento das famílias, é expectável que o número de alunos apoiados suba exponencialmente, o que aumentará o esforço



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

económico que se exige ao Município. Com a intervenção aqui há uns anos das cantinas que deixaram de produzir a sua própria refeição para serem empresas externas, a qualidade das refeições servidas piorou acentuadamente. Espero que, pelo menos agora, seja feita uma sensível melhoria da qualidade das refeições. As questões concretas que eu coloco à Senhora Presidente e que, no fundo, entroncam na intervenção anterior é qual é o valor que se espera que tenha de ser suportado pelo Município e se não implicará a impossibilidade de cumprir outros compromissos eventualmente planeados para execução? Por outro lado, uma dúvida que me assalta é a quem cabe a responsabilidade dos trabalhadores das cantinas, isto é, cozinheiros e auxiliares? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Quer comentar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O que eu posso dizer, não sei se as refeições vão ser melhores ou piores, portanto, nós não sabemos qual a empresa que nos vai calhar. Agora o concurso da maneira que foi feito, portanto, já foi elencado um conjunto de condições, um conjunto de ementas e de exigências também para com a empresa. Aliás, seguindo um pouco aquilo que seria o caderno de encargos da DGESTE. Agora há aqui uma diferença, é de facto, de escala. Porque uma coisa é a DGESTE fazer um concurso público para a Região Centro e outra coisa é o Município de Anadia ou qualquer um dos Municípios fazer o concurso para o seu próprio Município, portanto, para um número reduzido de escolas. E, portanto, esta é a preocupação que temos. Nesse mesmo concurso está tudo incluído, portanto, os géneros alimentares e, obviamente, a confeção e nesta situação nas três escolas e se porventura algo falhar, obviamente que eles próprios têm que ter a responsabilidade de transporte de refeições, aliás, nós já fazemos isso também no primeiro ciclo, não está aqui também referenciado, portanto, nas restantes escolas e vamos ver em primeiro lugar se temos concorrente. Logicamente tem um caderno de encargos que é bastante exigente e, portanto, cabe-nos a nós fazer a monitorização e ter este acompanhamento para exigir, obviamente, à empresa a certificação, qualidade, tudo isso, todas essas coisas que efetivamente a empresa tem que assegurar, de acordo com caderno de encargos que foi apresentado. Eu posso-vos hoje dizer que isto com IVA, se for IVA a treze por cento, supostamente será treze por cento, portanto, estamos a falar dum valor de seiscentos e quatro mil seiscentos e vinte cinco euros. Só para estas escolas, para as três. A proposta de Orçamento de Estado, portanto, daria um valor na ordem dos trezentos e sete mil. Depois há o valor dos pais que pagam, portanto, estamos aqui com um diferencial significativo de perto de trezentos mil euros. Agora estamos a falar destas refeições, porque depois ainda vamos agora às refeições do primeiro ciclo dos restantes Centros Escolares, em que vamos manter ainda o mesmo registo que temos tido, portanto, nesta parceria com as IPSS e, logicamente, não faz sentido nenhum nós estamos a lançar um concurso a dois euros e sessenta e cinco e pagarmos às IPSS o valor de dois euros e vinte e dois, que era aquilo que estávamos a pagar. Portanto, logicamente também, vamos ter que aplicar este valor por uma questão de justiça e de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coerência, este mesmo valor praticado em termos concurso público com as IPSS, todas aquelas que connosco trabalharem em parceria para o fornecimento de refeições aos restantes estabelecimentos de ensino. Portanto, aí a derrapagem será outro tanto pelo menos, agora a diferença de valores vai depender em função do processo de negociação ou do fecho do processo de negociação, que está a ser feito entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, para fecharem o valor e vermos se efetivamente, enfim, fica no próximo Orçamento de Estado esse valor devidamente acautelado. Portanto, vamos ver. Sendo certo que, desculpe já agora Senhor Presidente, é evidente que eles vão lá confeccionar, gastam energia, gastam água, etc., mas isso é à conta do Município, tirando a questão da confeção, que isso cabe à empresa. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Senhora Presidente duas questões muito rápidas, uma vez que referiu que não sabe se as refeições vão melhorar ou piorar. A primeira é, no fundo, quem é que fará a fiscalização no caso de algo correr mal, porque às vezes pode correr mal. Nós já tivemos algumas queixas dos miúdos e dos próprios pais sobre a qualidade das refeições e depois para lhe perguntar também se esse caderno exigente de encargos, se há alterações, alterações essas que possam, no fundo, comprometer, digamos que a qualidade ou quantidade da comida? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Presidente aprove-lhe alguma coisa? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu quando disse não sei se vai melhorar ou piorar, porque eu desconheço efetivamente, hoje, enfim, as refeições ou a ementa que é praticada, portanto, logicamente daí dizer que não sei o que é que vai acontecer. Em relação ao nosso Centro Escolar de Arcos éramos nós que confeccionava-mos e, portanto, quando há uma mudança, obviamente, há sempre uma reação, esperamos que seja positiva, como é óbvio, mas que, enfim, na cozinha também é verdade que há dias sempre um bocadinho diferentes. O bolo nunca sai da mesma maneira e, portanto, também os condimentos às vezes também podem sair um bocadinho desajustados. Agora a matéria-prima tem que ser de qualidade, sem dúvida alguma e, obviamente, contamos com cada um dos responsáveis em cada estabelecimento, nos faça chegar, obviamente, essa informação, porque estão lá no terreno, portanto, e todos os dias a monitorizar e também nós, obviamente, nós, Câmara Municipal, que somos nós que temos que pagar à empresa, fazer esse acompanhamento o mais próximo possível, portanto, isso é que não há dúvida e exigir dentro do caderno de encargos. Quanto à quantidade de comida ela não pode variar, está estipulado isso também faz parte do caderno de encargos. Isto só um à parte, às vezes os senhores professores também comiam nas escolas. Não sei agora, se calhar não pode é ... têm que pagar de acordo com o valor que tiver que ser ajustado, não é, porque se calhar come um bocadinho



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais, não sei, não é? Ou só come uma sopa, depende. Estou a brincar, isso é matéria ainda para trabalhar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Das palavras e da intervenção da Senhora Presidente da Câmara há aqui e algo que me deixa um bocado em alerta. Tantas coisas com a delegação de competências, descentralizações, etcetera, etcetera. O que é certo é que nos foi entregue, pelas suas palavras, uma delegação de competências que agrava o défice, no mínimo, quinhentos mil euros. Eu não ouço nenhum Deputado da oposição, ou que está em representação, a dizer seja o que for neste momento. É um momento duro porque vai ficar este valor para o Município o aplicar, das duas uma ou vai abandonar qualquer projeto, conforme eu disse na altura, o Estado central está a obrigar os Municípios a aumentar os impostos municipais, lavando as mãos como Pilatos. Que seja claro e deixemo-nos de demagogias sobre este assunto. A Senhora Presidente acabou de falar e não ouvi ninguém preocupado com isto. A seguir vêm as da saúde, depois vêm as da Administração Interna, etcetera. Quanto é que isto vai custar aos Municípios? Eu gostava de ouvir Senhora Presidente e gostava de ouvir também, agora é que eu gostava de ouvir os defensores que diziam que essa delegação de competências vinha acompanhada do pacote financeiro, que o Estado era uma pessoa de bem, etcetera, etcetera. Onde é que está? Altura de assumir essa responsabilidade, onde é que eles estão? Tenham a coragem agora dizer como é que se faz. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Nós efetivamente nesta Assembleia às vezes temos de ter cuidado com as palavras, mas ainda bem encaminhou no bom sentido e encerrou bem a intervenção, porque num primeiro momento disse, eu queria ver qualquer um dos da oposição, o que é uma verdadeira mentira, porque desde há quatro anos que ando a alertar para esta situação, não é de agora que se conhece que o plano e dito nas palavras da Senhora Presidente, está aquém dos estudos ou das previsões que o Município apontava em qualquer uma das transferências de competências, que geravam esta discordia, que é a questão da educação, a questão da saúde e a questão da ação social. Mas estamos a falar da educação e a verdade é que nunca foi feita aqui uma moção de repúdio como estamos a fazer hoje. Porque não? Agora neste momento que a lei está aprovada, tudo foi transferido. Estamos aqui a levantar esta celeuma para quê? Não adianta e agora temos que gerir o processo. Infelizmente chegámos a um ponto, chegámos a um ponto em que não foi por falta de iniciativa e eu falo por mim, cada um fale por si. Não foi por falta de iniciativa do PCP em dar recomendações de alerta, de iniciativas que se podiam tomar, o que é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que estava a acontecer. A preocupação em perceber que alterações é que estavam a acontecer e dar totalmente todo o apoio, porque sempre fomos contra esta transferência de competências. Todo o apoio, em nenhum momento e a Senhora Presidente está aqui que diga, o PCP deixou de lhe dar o apoio nesta matéria de transferência de competências, porque achava um processo jurídico, aliás andámos a alertar. Isto basicamente foi uma transferência de quê? De responsabilidades e agora o Município apanhou com a fava, porque a lei está aprovada. Houve um momento em que ela não estava. Houve um momento em que até podia, penso eu que sou um otimista, dar azo a alguma discussão, à aproximação de posições, porque havia mais pessoas aqui com uma posição favorável, favorável no sentido de ir contra as transferências e isso não aconteceu. Agora é preciso ter cuidado com as coisas que se dizem, porque nem tudo corresponde à verdade. Felizmente e ainda bem, o Senhor Deputado teve o condão de alterar as palavras no final, mas é preciso relembrar que foram vários os momentos nesta Assembleia em que nós trouxemos aqui esta matéria da transferência e a preocupação que ela viria trazer e acho que alguns momentos até ouvimos a questão, julgo eu, de ser partidário ou de ser político, as posições tomadas. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Eu não queria entrar agora aqui num diálogo, num bate papo, mas parece que o que acabamos de ouvir dizer é que há uma posição, quando se defende um processo de descentralização, regionalização, os pressupostos tidos nessas posições, mas quando chega altura deles virem, não é para o Município de Anadia, é para todos os Municípios do País e depois ainda temos o resultado das nossas contas públicas terem défice. Estamos a entregar aos Municípios responsabilidades e competências que cabiam ao Estado central. Vamos colocá-las nas mãos dos Municípios e eles que se desenrasquem. É verdadeiramente isto que está a acontecer, que tratem de aumentar os impostos municipais, porque o povo já está saturado dos impostos diretos e indiretos, aos quais estão sujeitos neste momento e os pressupostos tidos, alguns deles foram discutidos quando havia um tripartido em Governo, não vamos passar aqui uma tábua rasa sobre isto, não podemos passar uma tábua rasa sobre isso, porque uma coisa foi aquilo que foi aqui discutido e apresentado, outra coisa é aquilo que é votado em Lisboa e com as implicações todas no resto do país. Não vamos agora chutar para canto, nem podemos. Nós tivemos aqui um colega que hoje é vereador, que teve uma vez a coragem, quando foi a revisão do processo dos tribunais, uma pessoa que é Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que teve a coragem aqui dizer, ai Governo eu sou contra. Eu não tenho problemas nenhum em dizer, porque na altura era o líder dessa bancada. Haja coragem agora de fazer uma coisa destas, quem é que a tem? O Doutor João Nogueira de Almeida. Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Vou dar a palavra à Senhora Deputada Marta Duarte e posteriormente pedirei à Senhora engenheira, Presidente da Câmara, que teça os comentários que entender. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigada Senhor Presidente, queria fazer aqui uma questão e perdoem-me a minha ignorância, porque sou ainda recente aqui. Falámos aqui na descentralização, não vou aprofundar o tema, mas só tenho aqui um ponto em concreto que eu gostava de perceber. Aqui, julgo que foi na passada, na nossa passada Assembleia Municipal, que a Senhora Presidente disse que algumas contraordenações rodoviárias passariam a ser, os processos passariam a ser instaurados e tramitados pelo Município. As receitas caberão para quem e em que percentagem? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu vou dar a palavra à Senhora engenheira se ela se digna responder, dado que, portanto, o teor deste debate, deste ponto número três é um bocadito diferente. Qualquer das formas Senhora Presidente, faz favor por um ato de boa vontade. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, eu diria que nos devemos agora focar naquilo que está em discussão, que é relativamente a este processo da assunção de compromissos, mas só para responder à Senhora Deputada. Efetivamente os Municípios assumiram, foi-lhes imposto que assumissem as competências nas contraordenações, no que diz respeito ao estacionamento público. Nesse sentido nós temos essa responsabilidade. Nós andamos, neste momento estamos quase numa fase final de afinar a operação. Eu digo afinar a operação com Autoridade de Segurança Rodoviária Nacional, com a AIRC, no sentido de recebermos os processos e ser-lhes aplicada a respetiva contraordenação. A GNR levanta o alto. Depois entrega ao Município e o Município é que é o mau da fita e é que instaura o processo de contraordenação e depois tem que decidir. A receita é a dividir, sendo que para nós penso que é na ordem dos quinze por cento, se não me engano, portanto, depois temos que dividir as restantes receitas, não tenho as percentagens bem presentes, mas é isto, mas pronto e agora ainda estamos aqui a equacionar, porque efetivamente temos a pressão das forças de segurança nalguns Municípios, enfim, disseram logo sim senhora desde que deem o IBAN, tudo bem, portanto, e nós isso não fizemos, porque senão as pessoas começavam a fazer as transferências bancárias para cá e depois nós não sabíamos de onde é que vinha aquele dinheiro e, portanto, sempre fomos recusando e no meio deste tempo todo aquilo que sabemos é que há uns processos que, entretanto, até já prescreveram, mas estão lá outros tantos para tratar e pronto e estamos a fazer caminho para que realmente se implemente essa operação e ainda aqui a ver se afinamos, porque hoje temos outras entidades também que nos podem ajudar nesta matéria e, se calhar, até aliviaria, enfim, é uma questão de fazermos contas, se meter um funcionário em exclusividade a receber os processos e a mandar para as entidades, mais depois o jurista depois para avaliar ou se entregamos isto em regime de outsourcing. Estamos só aqui a afinar, porque, enfim, isto tem



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prós e inconvenientes, mas é isso que se me oferece neste momento relativamente às contraordenações mas, pronto, o que dá, o que dá, a receita para o Município não dá para ter a funcionalidade lá, obviamente a tratar dos papéis, nem pouco mais ou menos. Não sei se dará até para mandar as cartas, quanto mais. -----

----- Pronto, só para dizer que algo que eu concordo com o Senhor Deputado José Manuel Carvalho. E isto é algo que está em cima da mesa, efetivamente é uma reflexão por parte dos Municípios que, na verdade, existe alguma pressão para que os Municípios começem a subir os impostos, aliás, quem tem hoje os impostos mais baixos já são quase totós, porque vocês têm o que merecem, vocês querem dar tudo e, portanto, ainda temos que ouvir estas situações, mas pronto, este é um caminho que vamos fazendo. -----

----- Dizer que há valores da transferência de competências e, nomeadamente na matéria de educação, há valores que nós já temos a certeza quais são, mediante as tranches que nos são transferidas. Há um bolo no Orçamento de Estado que nós, enfim, vamos fazendo caminho, eu diria que a processão ainda vai no ar, porque isto são as despesas para o pessoal esse é certinho, as despesas para as refeições já somos nós que estamos aqui a promover isto, portanto, é gerir no bolo. As AECS serão lançadas, temos consciência que também já vai haver derrapagem, ligeira, não tanto, mas vai haver derrapagem, depois vamos aos concursos de energia, de comunicações e por aí fora e, portanto, enfim, aquilo que conseguirmos negociar melhor, para ver se cabe dentro do bolo. Com alguma abertura agora, como disse, para aumentar, para incrementar o valor de apoio das refeições, para incrementar o valor para a requalificação das escolas, em função do metro quadrado e em função da idade das escolas, com alguma abertura, quiçá, para arranjar algum dinheirito para arranjar algumas escolas e pronto, está tudo em cima da mesa, neste momento, em termos de educação e vamos ver, enfim, nós estamos a fazer este caminho e, portanto, até ao final do ano ainda temos muito para aprender e também aquilo que nos foi dada indicação é que temos que ter todo o cuidado para trabalharmos com a Comissão de Acompanhamento, que eu presido e com mais alguém, enfim, para irmos dando esta informação ao Governo, para ele ir fazendo o hoje os possíveis ajustamentos no ano seguinte. -----

----- Agora não vai fazer ajustamentos Município a Município, aquele que melhor negociar, enfim, este ficará dentro os valores, aquele que não conseguiu negociar tão bem, tem que gerir dentro do bolo e essa é a realidade, mas digamos que precisamos aqui de um ano, pelo menos ou até chegar ao final do ano, para perceber efetivamente qual é o défice que vamos ter em função do bolo todo que nos há de ser distribuído. Até porque depois dizem o leite escolar esse está no bolo, então e as aves, à isso já está tudo no bolo, ou seja, porque, inclusivamente nas transferências do Estado, além do valor das transferências que nos estão agora a ser delegadas, ainda lhe misturaram todos os outros valores que, entretanto, já nos eram transferidos e, portanto, juntando tudo, até parece um bolo muito grande, mas aquilo já era um bolo que vinha para uma coisa e agora havia outro bolo e agora juntamos tudo e parece que o bolo é muito grande, mas não é, porque o bolo juntou tudo. Portanto, são formas de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalhar os números e vamos lá ver no final do ano, se no final do ano já temos informação mais detalhado ou no próximo ano fazermos esta avaliação, depois de já termos os dados todos em cima da mesa. -----

----- E, pronto, agora meus amigos, enfim, o decreto-lei tivemos que o assumir, temos que fazer caminho, ir para a frente. Ganhos, nós todos andamos aqui e foi a própria Assembleia Municipal que acabou também por corroborar as propostas do Município, em matéria de transferências de competências, a aceitação ou a não aceitação. Aquilo que fomos tentando trabalhar, para estender isto o mais possível, foi aquilo que fomos conseguindo com algumas competências, no caso da Educação, enfim, era por auto de transferência foi imposto que acabou, aliás, não era auto transferência foi por decreto-lei e acabou, a saúde felizmente era por auto de transferência, nós não assinamos o auto de transferência, portanto, elas não estão cá, do social, também andou ali a marinhar. -----

----- E, portanto, em resultado para essas duas áreas e digo-vos isto já antecipadamente a título de informação, provavelmente o decreto-lei da saúde vai ser revisto dentro de dias ou já está a ser revisto e o da parte social idem aspas, portanto, vamos ver. O acréscimo virá para essas, por essas duas áreas. Neste momento acho que aquilo que interessa é, nós temos que fazer um concurso para temos refeições para os meninos a partir do dia um de setembro, portanto, o concurso tem necessariamente que avançar e, obviamente, legalmente tem que haver esta deliberação da Assembleia Municipal para os compromissos plurianuais. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
----- Muito obrigado Senhor Presidente. Não havendo mais intervenções, passarei à votação da proposta de pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual para a aquisição de serviços de refeições para a Escola Básica de Anadia, de Vilarinho do Bairro e da Básica e Secundária também de Anadia. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Portanto a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual para a aquisição de serviços de refeições para a Escola Básica e Secundária de Anadia, Escola Básica de Vilarinho do Bairro e Escola Básica de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- Passamos desde já o **ponto número quatro apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia da segunda alteração orçamental modificativa revisão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município de Anadia para dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte seis**. Peço à Senhora Presidente da Câmara, se assim entender, que faça a apresentação deste ponto. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----
----- Eu também penso que os documentos que os Senhores Deputados têm, portanto, já foi há



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também à reunião de Câmara são explícitos. O que é que nós fizemos com esta segunda revisão orçamental e depois da assunção das competências em matéria de educação e face ao valor que já conhecíamos minimamente do bolo das transferências, portanto, tentámos colocar essa receita face às despesas que temos que fazer, nomeadamente, para a contratação das refeições, para as AECS, portanto, despesa, receita e foi esse equilíbrio que tivemos que fazer, contabilizado aquilo que é a receita da proposta de Orçamento do Estado para dois mil e vinte e dois. E atenção que aquilo que está no Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois as contas são feitas por nove meses, não é por os doze meses, portanto, também temos essa situação. Fizemos essa distribuição, contabilizámos também na receita o valor que supostamente os pais que pagarão pela refeições e, portanto, tentámos fazer essa distribuição em função daquilo que serão as despesas que vamos ter, nomeadamente com as despesas de pessoal, com refeições, com as AECS, com as refeições das IPSS, o pagamento que vamos fazer às IPSS e a transferência ainda de alguns valores também para o Agrupamento de Escolas, em função do protocolo que temos. Porque eles ainda têm, também têm a energia e as comunicações, portanto, que ainda irão vigorar até ao final do ano civil. Portanto, ajustar a possível receita e daquilo que nós temos conhecimento em matéria de educação, às despesas que vamos, que iremos fazer, nomeadamente o concurso de refeições, o acerto do pessoal, porque entra receita mas há despesa, as refeições idem aspas, portanto, vamos ter um concurso de refeições e o valor para este ano e o valor para o ano e a receita para este ano há de ser um determinado montante, o outro será para o ano. Basicamente foi isto, porque senão tínhamos que retirar tudo aquilo que temos noutras rubricas para, enfim, fazer face a esta despesa, portanto, foi este equilíbrio que tentámos fazer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Senhora Presidente vou aqui colocar três questões, duas das quais penso que estarão ligadas de alguma forma. Ora, no que diz respeito aos encargos adicionais com aquele procedimento de aquisição de refeições do ponto anterior, indicava que para dois mil e vinte e dois seria um pouco mais de cento e noventa e três mil euros. No entanto, o reforço que aqui é apresentado nesta revisão ao orçamento em refeições escolares já é de duzentos e sessenta e seis mil oitocentos e catorze e o que lhe perguntava era a que se deve esta diferença? Depois mesmo atendendo à questão que já referiu num ponto anterior sobre a subida dos valores das IPSS, no fundo, para ajustar, haver aqui uma certa equidade do valor do preço das refeições, verificamos que é apresentado neste orçamento uma baixa de valor previsto dos protocolos estabelecidos com as mesmas IPSS no âmbito do fornecimento de refeições escolares. A que é que se deve já que houve até um não aumento, digamos, do valor base na perfeição? E para finalizar, quando refere na proposta que foi reforçada a dotação atinente à transferência para o Agrupamento de Escolas de Anadia das verbas previstas no tal contrato interadministrativo que foi celebrado sobre a delegação de competências para o ano



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois mil e vinte e dois, claro, este valor, julgo que se refere aos tais cento e trinta e cinco mil euros que aparecem definidos como apoio aos estabelecimentos. Certo? Julgo que sim. Em caso afirmativo, seria possível dizer como é que ficou definida esta distribuição de verba pelos estabelecimentos, ou seja, quem é que a faz e se há critérios para isso? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dou a palavra à Senhor Presidente para esclarecimentos, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Olhe o valor das refeições, são refeições para as escolas e refeições para as IPSS. Como eu disse há bocadinho, nós vamos ter que fazer o procedimento para as IPSS para contratualizar em termos de contratação pública o fornecimento de refeições com as IPSS. Aquilo que nós temos tido com as IPSS são protocolos e nesses protocolos incluíam-se refeições, o acompanhamento. Há aqui variantes, por exemplo, há uma instituição que faz as refeições que leva a um centro social e, por outro lado, há um centro escolar que é quem faz o acompanhamento e o empratamento, portanto, temos aqui variantes. Mas aquilo que vai acontecer desde logo é com as IPSS todas aquelas que fornecerem refeições e só para a confeção de refeições, será feito a contratação pública com as IPSS, portanto, só será protocolado com as IPSS, os restantes valores, se é empratamento, se é CAF, se é AAAF, enfim, esses serão protocolados com as IPSS. Fornecimento de refeições com IPSS esses serão submetidos a procedimento de contratação pública, daí que se retirou o valor dos protocolos correspondentes a refeições, que não serão pagos às IPSS dessa forma, mas serão pagos por outro regime. Depois na questão das transferências que estava a querer saber. E também dizer que os valores que temos aí já são valores que incluía IVA, é preciso fazer as contas ao IVA, Ok? Depois também dizer que nas transferências para as escolas inclui-se aquilo que e foram feitas estas contas e foi desenhada essa operação transferindo para as escolas, aquilo que são os encargos correspondentes a energia, Aquilo que é da nossa competência, energia, limpeza. E também a questão da manutenção e conservação das escolas. Mas isto vai tudo para o Agrupamento, nós só temos uma relação com uma escola, que é Agrupamento de Escolas de Anadia e, portanto, o Agrupamento gere esse valor e, obviamente, tem um dossier preparado e acompanhado por nós, com todas as despesas que são feitas nesse âmbito e este valor será até ao final do ano, porque são eles que têm ainda os contratos, de energia, contrato de limpeza e pronto. -----

----- Quanto à manutenção das escolas é preciso que se note a Escola de Anadia não tem valor de manutenção de escola, o valor que será atribuído para manutenção e conservação de escola é apenas para a Escola EB23 de Vilarinho do Bairro e o valor base que está ou que foi determinado é de vinte mil euros por ano, para conservação e manutenção. É a fechadura, é o vidro, é a lâmpada, são essas coisas do dia a dia. Agora intervenções de fundo não estão nesse valor. -----

----- Mesmo assim aquilo que está em processo negocial ainda é dar um acréscimo de valor além dos vinte mil euros, vinte mil euros será a referência e ainda está a ser negociado um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acréscimo de valor em função do metro quadrado das escolas e em função do ano das escolas. Portanto, pode ser entre quatro, seis, oito euros e ainda está em processo de negociação sendo que nunca será menos que vinte mil euros, pode ser mais em função destas duas variantes. ----- Qualquer intervenção em escola de maior investimento sai fora destas obras de conservação e, portanto, entrará supostamente num outro pacote de apoio às obras de requalificação do parque escolar e, portanto, é isso que também está a ser equacionado, nem que o Município de Anadia tenha que ser promotor dessas intervenções. Como é que será comparticipado, ainda não está claro qual a percentagem que cabe aos fundos comunitários se os houver, qual a percentagem que cabe ao Estado, se estiver disponível para o fazer ou qual ao Município de Anadia, portanto, ainda não está esclarecido. Eu acho que respondi à sua pergunta e há sua dúvida de certeza absoluta. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo mais ninguém inscrito porei então à votação este ponto número quatro que visa a votação da proposta da Câmara Municipal da segunda alteração orçamental modifica/revisão das grandes Opções do Plano e de Orçamento do Município de Anadia para vinte e dois, vinte seis. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Portanto, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2022/2026, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- Entramos no **ponto cinco apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação dos júris de recrutamento dos cargos de direção intermédia, de acordo com o estabelecido no artigo décimo terceiro da lei quarenta e nove, dois mil e doze, de vinte e nove de agosto**, pelo que se convida a Senhor Presidente a tecer alguma consideração que acha pertinente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----
----- Eu acho que também o documento que foi enviado é claro, portanto, uma estrutura orgânica que foi aprovada, passou pela Assembleia Municipal e agora é a abertura dos procedimentos e, portanto, houve aqui uma proposta de júri que a Câmara Municipal considerou e aprovou, mas tem que ser, efetivamente, a Assembleia Municipal a ter a palavra final de se pronunciar e de nomeação também para validar esta nomeação do júri que acompanhará estes processos concursais. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, dou a palavra ao Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Obrigado Senhor Presidente. Olhando para todas as referências podemos verificar que foi incluído na constituição de júri e bem, o Chefe da respetiva divisão a que diz respeito, no fundo, a necessidade de provimento, ao lugar de provimento. Contudo verificamos que há duas que é a F e a I ou seja, dirigente intermédio de segundo grau Divisão de Ação Social e Saúde e dirigente intermédio de segundo grau Divisão de Cultura e Turismo, que não segue esse procedimento e o que eu lhe perguntava neste caso era porquê, se constitui algum problema, se já não existem Chefes de Divisão para estes lugares e em sequência disso, os dirigentes intermédios de segundo grau aqui propostos que são três, nomeadamente a referência F, H e I, que funções irão desempenhar, até no âmbito da dita estrutura que acabou de referir e que foi aqui aprovada na Assembleia Municipal. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Relativamente à designação da pessoa que acompanhará os concursos, obviamente, porque era o Chefe de Divisão que estava a tutelar, inclusivamente, a parte social e como sabem houve uma divisão desta Divisão que era realmente de uma grande dimensão e, portanto, teve também a divisão da ação social também dividida. E logicamente que não pode ser o Chefe de Divisão que vai concorrer para essa Divisão ser membro do júri, portanto, logicamente, tem que ser uma pessoa que neste momento não tenha a ver com essa Divisão. Pronto, isto é o que se me oferece dizer relativamente ao júri, se é que eu percebi a pergunta e a outra o que é que fazem. Sim, são os chefes, exatamente, o segundo nível são os Chefes de Divisão que neste momento até estão a ocupar o lugar já em regime de comissão de serviço e, portanto, as suas funções são aquelas que foram determinadas na estrutura que veio também, que foi à Câmara e que passou pela Assembleia Municipal, aliás, um deles o Dr. Hugo que há pouco esteve aqui e nos apresentou aqui o traçado de alta velocidade. O Chefe de Divisão de Planeamento e Informação Geográfica. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Não havendo mais nenhuma inscrição passarei já e de imediato à votação da proposta de nomeação do júri de recrutamento dos cargos de direção intermédia, de acordo com o estabelecido no artigo décimo terceiro da lei quarenta e nove, dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, pelo que primeira fila: quem vota a favor, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Portanto, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal de nomeação do júri de recrutamento dos cargos de direção intermédia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- A Mesa recebeu uma proposta do Grupo MIAP, através do seu representante, em que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passo e ler aprovação em minuta para efeitos imediatos dos pontos dois, três, quatro e cinco da ordem de trabalhos, nos termos do que dispõe o n.º 4, do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Portanto, também esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- Finalizado que foi todo o programa da ordem de trabalhos, resta-nos o **Período de Intervenção do Público** para o qual está inscrito e corrija-me, se porventura estiver errado no nome, Joaquim Pedro Pereira. Então, desde já, dou-lhe as boas vindas e faz favor tem a palavra. -----

----- **Senhor Joaquim Pedro Pereira:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, nomeadamente o Executivo Municipal e os Senhores Deputados municipais. Eu já estou para vir aqui há muitos meses, tenho tentado fazer um esforço, mas por força do horário em que decorrem estas Assembleias não tenho conseguido estar presente, enfim, e cheguei há pouco e não assiste ao que os senhores estiveram aqui a discutir a tarde toda e vou chegar a casa e já não vou conseguir saber o que é que os senhores estiveram a discutir. As assembleias, a transmissão das Assembleias, enfim, não sei o que é que se passa, mas caduca, tem um prazo de validade de poucas horas e no dia seguinte ou quando chegar a casa, já não vou poder assistir à transmissão das Assembleias. E vinha falar um pouco sobre isso e tentar perceber, de facto, o que é que se passa, sem qualquer, quero dizer-vos já com toda a transparência, sem qualquer, eu não pertenço a qualquer partido político de Anadia, não tenho qualquer, não faço parte de qualquer agenda política, não há qualquer interesse escondido nesta minha interpelação, apenas e só tenho genuíno e pessoal interesse em assistir às Assembleias Municipais de Anadia. Senão, veja-se, eu resido em Aguiim, mas não sou de Aguiim, sou natural de Aveiro e trabalho em Águeda, ora, eu com Águeda e com Aveiro quando há Assembleias Municipais eu assisto a todas, há pessoas que não gostam eu gosto. Tenho interesse, gosto de assuntos políticos e gosto de estar, enfim, ao dia e tenho aprendido bastante, diga-se de passagem, e vejo todas, não necessariamente no próprio dia. Vejo se calhar um pouco no dia, mas, sobretudo nos dias seguintes, mais ao fim de semana, passo para trás, vejo a parte que me interessa, vejo outra vez pronto e é bastante interessante e instrutivo e com Anadia dá-se este caso, enfim, para mim é um pouco frustrante não conseguir aceder às Assembleias. Resido em Anadia há seis anos. Tenho perguntado pela, portanto, para esta possibilidade de transmissão do vídeo das Assembleias, durante muitos anos parece que foi uma guerra e não se conseguiu chegar a lado nenhum. Agora são transmitidas e não e depois são suprimidas. Eu não comprehendo, eu tenho alguns amigos que me vão explicando estas coisas, que eu não percebo nada, que não conheço Anadia, dizem que Anadia é um Concelho atrasado, portanto, o poder político tem, se calhar receio de se expor ao escrutínio, mas eu não acredito nisso e seria bastante grave e bizarro não é? E outras pessoas que eu encontro que me dizem a mesma



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisa, que não conheço e Anadia é facto é atrasada e a autarquia não consegue contratar um técnico de informática para, portanto, não apagar o vídeo, será isso? Não sei eu não acredito nisso. Senhor Presidente da Assembleia Municipal eu não acredito que Anadia seja um Concelho atrasado. Eu não quero que Anadia seja um Concelho atrasado e neste estilo, pergunto-lhe se o Senhor quer, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que Anadia sejam um Concelho atrasado. Mais importante fico à espera não só esclarecimentos, mas o mais importante era que disponibiliza-se, de facto, as Assembleias, tinha todo o gosto nisso, fico a aguardar depois, entretanto, depois tenho que, de facto, que me ausentar para ir buscar a minha filha à creche, mas farei todos os esforços, pode demorar mais uns meses, mas eu volto cá, de facto, a voltar a colocar a questão se não ficar devidamente satisfeita. Eu gostava de assistir enfim, é um capricho meu, gosto destas coisas. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pelas suas palavras, também muito obrigado por ter escolhido o Concelho de Anadia para viver, pese embora a possibilidade de ser algum Concelho atrasado, mas não é. E relativamente à transmissão, como deve entender, as coisas têm que ser legais e legalizadas. Numa primeira fase houve o mito da proteção de dados. Numa segunda fase houve o esclarecimento cabal de que a gravação áudio servia, não só para memória futura como também para a elaboração das atas. Neste novo mandato tudo fizemos para que houvesse lugar a transmissão vídeo e, portanto, online. Mereceu algum esforço, quer do Executivo quer de todo, de todo o Plenário, no sentido dessa mesma realização que, na verdade, é um êxito. -----

----- Também é verdade, não nos incomodava que passado algum tempo da realização da realização da Assembleia, houvesse e, dado que está também plasmada no site da Câmara, houvesse um quebrar da transmissão em direto, até porque há possibilidade de qualquer pessoa fazer a gravação e, portanto, nesses atrasos, eu que sou um iletrado em termos de coisas de, como é que se diz, de informática até acho que há, não sei, a possibilidade de nós codificarmos os nossos aparelhos audiovisuais em casa, para eles, uma forma autónoma, gravarem, portanto, a Assembleia. E é só isto. Queremos ser modernos, mas nem tanto, porque se não poderíamos também enviesar os nossos comportamentos. Queremos, mas queremos ser sérios, sérios nas coisas, pese embora poderem ser interpretados de outra forma e, portanto, é isto. -----

----- Estimo também muito que o senhor tenha toda a vontade de estar mais inserido, mais inserido na sua, na sua terra de acolhimento, que agora é Anadia e, portanto, porque terra temos sempre só uma que é onde nascemos, não é? A outra é uma terra de acolhimento e que eu acho que não merece qualquer desvio ou qualquer segregação em termos de ser de acolhimento. Acho muito bom, gosto muito dessa sua iniciativa. Para já o que me aprove dizer é isto. -----

----- Penso que estamos a satisfazer até mais acima, o que é o comprometimento da nossa, da nossa Assembleia em termos regimentais e legais e desejar-lhe o quê? Que se calhar daqui os tempos poder vir aqui e poder dizer é pá hoje vou para à casa de banho, está lá uma televisãozita e eu vou ver ali aquilo, no duche não que estraga as coisas, mas acho muito bem e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acho pertinente a sua, a sua vontade. De qualquer das formas, são estas as justificações que eu encontro para o estado atual da coisa. Não sei se alguém quererá intervir ou dar alguma, alguma achega, mas esse é o meu propósito. Eu não lhe prometi que iria. Eu não lhe prometi que iria, mas também quem é que pode dizer isso, não é? Quem é que pode dizer isso? Pode, pode, pode, mas eu não lhe disse. Você pode perguntar o que quiser e eu estou-lhe a responder o que posso. Não estou a dizer qualquer, o Senhor acha que todos e qualquer Município no País têm transmissão online? Estamos a falar da larga maioria e o Senhor falou em todos, larga maioria? Nem isso. Você a mim atrapalhar-me? Não me atrapalha de certeza, mas olhe garanto-lhe, garanto-lhe Senhor Joaquim, mas garanto-lhe uma coisa, se tiver algum problema na possibilidade de montar o sistema de pôr a gravar no dia da Assembleia, aquela, como se faz num jogo de futebol, que nós não podemos estar. Olhe, agora se calhar não vamos estar a ver Portugal, mas vai ficou a agravar e, portanto, eu arranjo um técnico ao seu dispor, está bem? Um abraço. -----

----- Não havendo mais nenhum inscrito para intervenção do público, quero de agradecer-lhes a cordialidade com que decorreu a sessão. Penso que foi profícua e penso que saímos daqui mais elucidados. Muito obrigado a todos chegámos ao fim desta nossa sessão ordinária da Assembleia Municipal, agradeço a vossa presença, declaro, portanto, encerrada a sessão, são dezoito horas e cinquenta e oito minutos da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -